

A SEMANA

na África

Clipping sobre PALOP e África Austral

13 a 19 de Janeiro de 1991 Nº 21

ANGOLA: PARTIDOS ESTUDAM ELEIÇÕES

Angola passa por um momento de expectativa, em consequência da sessão multipartidária que reunirá o MPLA e a oposição. A UNITA, que está ausente deste fórum, qualifica-o de um "golpe de estado silencioso" contra os acordos de Estoril. Os observadores estrangeiros na CCPM concordaram com a utilidade do fórum para as tarefas decorrentes da transição que ultrapassem sua competências. Estão programadas discussões quanto à escolha da data e a simultaneidade das eleições, além do direito de voto aos angolanos que estão no exterior.

Enquanto isso figuras históricas ao MPLA (como os escritores Luandino Vieira e Costa Andrade) reaproximaram-se do partido, reivindicando, porém, mudanças na orientação. (p. 06)

A VOZ DAS BOMBAS (África do Sul)

Serão intensificadas os atos de sabotagem contra alvos governamentais, in formaram organizações de extrema-direita que querem a paralização do processo de negociações com organizações representativas da maioria negra, que vem sendo conduzido pelo governo de F. de Klerk. Ataques à bomba já causaram danos a escolas multirraciais, edifícios de correios, delegacias policiais e instalações de tribunais (ver clipping nº 20, ppII e 19). Os radicais de direita reivindicam a criação de um Estado próprio, localizado na região do atual Estado Livre de Orange. (pp. 17 e 20)

"O ELO ENTRE A EUROPA E A ÁFRICA É O DESAFIO DE PORTUGAL" (PALOP)

Francisco Mantero, empresário português, assumiu em Bruxelas, no início deste mês, a presidência do "grupo dos sete", que reúne empresários de sete países Europeus com interesses em países da África, das Caraíbas e do Pacífico. Em entrevista ao Semanário, ele afirma que, com a queda do Muro de Berlim e o fim da URSS, a África perdeu muito no que diz respeito às políticas de cooperação levadas a cabo pelos países desenvolvidos. Se

gundo Mantero, isto tem um lado positivo, ao fazer com que os países africanos "adotem políticas corretas e não contem exclusivamente com o exterior para resolver os seus problemas". Ele pensa que a ajuda internacional à África é ainda fundamental, mas deve ser condicionada à execução de reformas estruturais internas, capazes de permitir o desenvolvimento dos países aos quais a ajuda é destinada. Mantero acredita que Portugal deve tentar ser o elo entre a Europa e a África, devendo para tanto haver uma concentração entre os setores público e privado. A criação de incentivos fiscais para o investimento português na África, a conversão das dívidas dos PALOP em participação de capitais portugueses em empresas destes países, e a participação de representantes do setor privado nas comissões mistas entre Portugal e países africanos (lusófonos ou não) são alguns dos mecanismos capazes de possibilitar a "privatização da cooperação", de acordo com o presidente do "grupo dos sete" (p. 01)

ISRAEL PRETENDE PENETRAR NOS PALOP

A criação de joint ventures com parceiros portugueses para penetrar nos PALOP é um dos principais objetivos da primeira visita de uma delegação comercial de Israel a Portugal. Gavriel Nahum, segundo secretário da embaixada de Israel em Portugal, afirmou que Portugal conhece a mentalidade empresarial dos PALOP. (p. 03)

EUROPA CONCEDE 200 MILHÕES DE DÓLARES A ANGOLA

A Comunidade Europeia concederá esta quantia, a fundo perdido, para financiar a reconstrução econômica de Angola. A importância será atribuída ao longo da vigência do novo orçamento da CEE (1993/1997), portanto depois das eleições multipartidárias marcadas para setembro próximo.

A formalização da ajuda ocorrerá com a visita do Ministro da Cooperação de Portugal, Durão Barroso, e os seus homólogos da Holanda, Pronk, e Grã-Bretanha, Lynda Chalker, prevista para os dias 2 e 3 de fevereiro. (p.04)

EUA NEUTRAIS EM ANGOLA

Democrata Dave Mac Curdy, chefe de uma delegação de cinco congressistas americanos em viagem por Angola, afirmou que os EUA não apoiarão nenhum partido durante a campanha eleitoral angolana. (p.05)

SUSPENSÃO REPATRIAÇÃO DE ANGOLANOS DA ZÂMBIA

O repatriamento de 52 mil refugiados angolanos provenientes da Zâmbia foi suspenso em decorrência da insegurança em Angola. Stefan Berglaud, representante do Alto Comissário das Nações Unidas para os refugiados (ACNUR), afirmou que a operação foi suspensa por "Angola estar ainda infestada de minas". (p. 08)

MORTE DE BRITÂNICOS DIVIDE UNITA (Angola)

O assassinato em Angola de quatro cidadãos britânicos (ver clipping nº 20, p.I e 06) causou uma divisão no seio da UNITA, que apresentou duas versões do caso. Em Abidjã, Savimbi atribuiu responsabilidade do atentado a ladrões. Contradizendo o seu líder, o ministro da informação da UNITA, Jorge Valentim, disse em Luanda que as mortes ocorreram devido a irresponsabilidade do governo. O comunicado divulgado pela UNITA afirma que os soldados das tropas governamentais fogem de suas áreas de acantonamento e pilham a população. (p. 05)

UM ANO EM DEMOCRACIA (Cabo Verde)**'92 É O ANO DAS PRIVATIZAÇÕES'**

Um ano após as primeiras eleições livres em Cabo Verde, que conduziram ao poder o MPD, esperava-se o anúncio, por parte de Carlos Veiga, chefe do governo, da nova equipe ministerial. O governo vem sofrendo críticas da oposição (formada, basicamente, pelo PAICV), que o acusa de ser incompetente. Em entrevista a O Jornal, Carlos Veiga rebate estas críticas, dizendo que o ano de 1991 serviu para o governo resolver questões deixadas pendentes pela administração anterior [do PAICV], bem como adquirir um conhecimento maior da máquina governamental e "proceder ao diagnóstico da situação". Ele afirmou ainda que "1992 será o ano das privatizações", devendo o governo liberalizar o comércio, e privatizar o setor bancário, os seguros, as telecomunicações e o setor energético. Carlos Veiga acredita que até maio estará aprovada uma nova constituição, "despida das suas cargas ideológicas atuais, reforçando os direitos e garantias dos cidadãos e retirando ao sistema econômico todas as limitações à iniciativa privada". Neste ínterim, vem se ampliando as disputas entre a antiga central sindical cabo-verdiana, UNTC-CS, e os primeiros sindicatos dependentes, que aparentemente contam com um discreto apoio do governo do MPD, pouco simpático à UNTC-CS, por ser ela tradicionalmente ligada ao PAICV. (pp. 12 e 13)

A PAZ MAIS PRÓXIMO (Moçambique)

A décima rodada de negociações para a paz em Moçambique, que deveria iniciar-se no dia 15 de janeiro, após o encontro, no Malavi, do Presidente do Zimbábue, Robert Mugabe, e o líder da Renamo, Afonso Dhlakama, discutirá acerca do processo eleitoral, além de, eventualmente, questões ligadas ao cessar-fogo.

Fontes políticas afirmaram que o Presidente do Malavi, Kamuzu Banda, pretende utilizar a sua influência sobre o chefe da Renamo no processo das negociações. (p. 14)

SUÉCIA REVÊ AJUDA DEVIDO À CORRUPÇÃO (Moçambique)

O governo sueco anunciou em Estocolmo que irá rever a concessão de ajuda a Moçambique depois de ter recebido relatórios sobre o que designou "grande corrupção". A Suécia contribuiu com 100 milhões de dólares no orçamento moçambicano de 1991.

A expulsão do segundo secretário da Embaixada da Suécia em Maputo, sob a alegação de que tenha solto um cão contra um policial moçambicano, é citada num jornal sueco com outra versão. O secretário estaria investigando relatórios sobre corrupção em projetos financiados pela Suécia. (p. 15)

SÃO TOME E PRÍNCIPE SEM MEDICAMENTOS

O diretor-geral de assistência médica, Antonio Lima, afirmou que o país vive uma "ruptura no stock de medicamentos" e alertou para a necessária ajuda internacional. Segundo Antonio Lima as verbas orçamentais são insuficientes e o roubo nos hospitais assume proporções incríveis, desde fronhas até colchões. (p. 16)

GOVERNO SÃO TOMENSE REFORMA O ENSINO

O setor de educação do Ministério dos Assuntos Sociais introduzirá no ano letivo de 92/93 novos programas e manuais escolares visando a refor

ma do sistema de ensino. Os manuais, que serão financiados pelo Banco Mundial, custaram cerca de 745 mil dólares. A reforma inclui também a reabilitação da rede escolar do país. (p. 16)

ANC OFERECE PRÉSTIMOS A PAUL SIMON (África do Sul)

PAUL SIMON DÁ POLÊMICA

Dois movimentos radicais negros, o Congresso Pan Africano (PAC) e a Organização do Povo Azaniano (AZAPO), manifestaram-se contra a realização de uma excursão do cantor norte-americano Paul Simon à África do Sul. Esta excursão marca o fim do isolamento cultural a que foi submetida África do Sul pelo boicote internacional ao apartheid. O PAC e a AZAPO consideram que "nada mudou na África do Sul" e ameaçaram provocar tumultos nos concertos, tendo a empresa responsável pela excursão sofrido um atentado a bomba, no dia da chegada do cantor ao país (7 de janeiro). Uma tentativa de negociação entre Simon e as duas organizações não obteve sucesso, e o ANC ofereceu-se para garantir a segurança da excursão. O primeiro concerto, realizado no dia 11 de janeiro, em Johanesburgo, sob forte aparato policial, transcorreu sem problemas, embora o público, cerca de 45.000 pessoas, tenha ficado abaixo da expectativa. Este público era composto quase exclusivamente por brancos; a polêmica sobre a excursão e o alto preço dos ingressos mantiveram a população negra afastada do concerto. (pp. 19-21)

ÍNDICE

África Geral-PALOP	01-03
Angola	04-10
Cabo Verde	11-13
Moçambique	14-15
São Tomé e Príncipe	16
África do Sul	17-21

«O elo entre a Europa e a África é o desafio de Portugal»

SEMANÁRIO

11 JAN 92

Francisco Mantero, empresário português, fundador e dirigente da ELO, assumiu no princípio deste mês, em Bruxelas, a presidência do chamado Grupo dos Sete, que reúne empresas e empresários privados de sete países europeus com interesses nos países da África, das Caraíbas e do Pacífico. Ele é por isso o protagonista de uma outra presidência europeia - cuja importância, para Portugal, é evidente.

S - Com a ELO e o seu «modelo das descobertas» foi possível dar, então, passos decisivos na cooperação de Portugal e da Europa com África. Mas agora, como é que vai ser? O centro da CEE desloca-se rápida e parece que inexoravelmente para Norte e para Leste. Que vai acontecer ao Sul? Como prosseguir nas actuais circunstâncias de diálogo e a cooperação entre a Europa e a África?

FM - Essa parece-me ser uma questão particularmente importante. A África representa 30 por cento dos votos das Nações Unidas e 2 por cento da economia mundial. Antes da queda do Muro de Berlim e do fim da URSS, a tendência do Mundo era a de acentuar o valor dos 30 por cento. Agora, e com o princípio do que parece irreversível na Europa após Maastricht, a tendência será a de considerar os 2 por cento.

A Europa, a África e o futuro

Esta desvalorização é um assunto muito sério para África. Contudo, creio que teve já o mérito de fazer «reagir» os africanos, apercebendo-se que têm de ser eles a tomar nas suas mãos o seu próprio destino. Para vencerem este desafio é necessário que adoptem políticas correctas e não contem exclusivamente com o exterior para resolver todos os problemas. A ajuda externa é e será certamente indispensável e as Comunidades, no quadro de Lomé IV, contribuem e contribuirão largamente para ela.

Mas é essencial que essa ajuda tenha condições, pois temos infelizmente demasiados exemplos de que a ajuda incondicional tem servido apenas para perpetuar ditaduras e miséria. A condicionalidade da ajuda externa deve assim exercer-se sobre a credibilidade das reformas estruturais internas (políticas, sociais e económicas) e a eficácia económica e social da sua prestação na mudança e no desenvolvimento dos países a que é dirigida.

Por outro lado, quanto mais forte, alargada e integrada for a Europa, mais capacidade terá para nos foros internacionais desempenhar um papel determinante para que sejam considerados os problemas do Sul. Fazer parte desta Europa favorece Portugal e a Europa abrindo-se a Nordeste está-se a fortalecer. O Sul ganhará com tudo isso se se reformar.

S - Que papel tem Portugal dentro da CEE relativamente a África? E que papel, se algum há, fora da CEE?

FM - Quando fundámos a ELO e se iniciaram os trabalhos do modelo da cooperação portuguesa, havia um pressuposto bem

presente perante todos nós: o da universalidade do povo português. Por isso escrevemos na altura: «o elo entre a Europa e a África deve ser aberto ao Mundo e é esse o desafio de Portugal».

Concretamente fora da CEE como referiu, Portugal europeu deve redinamizar as relações com o nosso querido irmão gigante do Atlântico Sul que é o Brasil, com Macau, com Timor-Leste e com as Comunidades Portuguesas espalhadas pelo mundo.

Para isso têm a partida o fortíssimo elo que é a língua portuguesa.

Consciente da relevância empresarial dessa realidade, a ELO tem defendido a institucionalização de relações entre os 7 países de língua oficial portuguesa no Mundo - outro Grupo dos Sete!

S - Há que distinguir, nesta matéria, entre o papel do Estado e o das empresas privadas? Como?

FM - Quando referi o «Modelo das Descobertas» como devendo ser o modelo da cooperação portuguesa julgo já ter respondido a esta pergunta. Temos, porém ainda de percorrer um longo caminho entre nós portugueses do sector privado e do sector público até encontrarmos o ponto ideal de concentração entre ambos que determinará a eficácia daquele modelo.

A criação de incentivos fiscais para o investimento português em

África, a montagem de operações de «debt-equity-swap» ou seja a transformação da dívida de países africanos lusófonos a Portugal em participações em capital de empresas naqueles países por empresas portuguesas, a presença institucional de representantes do sector privado nas Comissões Mistas entre Portugal e os países africanos, lusófonos ou não, nas áreas não políticas, bem como no Fundo de Cooperação, são, entre outros, exemplos de mecanismos que importa introduzir na prática no «modelo das descobertas» e na privatização da cooperação. O objectivo central é a competitividade internacional do nosso País. E nisso não pode haver diferença entre o Estado e as Empresas. Ambos têm que ser competitivos.

S - Quais os resultados actuais da cooperação privada entre Portugal e os PALOP?

FM - Em geral, diria que se reforçou nos últimos anos sobretudo com a instalação de várias empresas portuguesas nos Cinco e a constituição de «joint-ventures» com sociedades ou sócios africanos. Isto representa um aumento qualitativo da cooperação empresarial pois penso ser mais relevante para as economias dos Cinco que as empresas portuguesas participem directamente nos processos produtivos daqueles países do que meros agentes de venda de produtos importados.

A importância dos bancos portugueses

Um aspecto particularmente importante nesta área é o movimento de instalação de Bancos portugueses naqueles países. De facto o sector financeiro é uma infra-estrutura tão importante para o desenvolvimento como uma ponte ou uma estrada. É importante para nós que tenha sido portugueses os Bancos que abriram ou estão em vias de abrir as portas nos Cinco. Quando há cooperação multilateral as empresas portuguesas continuam a conseguir obter fundos disponíveis em Bruxelas (FED), Abidjan (BAD) e

Washington (BM) mas neste domínio nunca se deve estar satisfeito sobretudo porque há ainda muito a fazer na área do investimento em «seed capital» que permita às empresas uma conduta mais profissionalizada e consequentemente com mais sucesso junto dos organismos internacionais financiadores do desenvolvimento.

S - Os processos políticos de paz em curso: que contributo deram as empresas e os interesses privados? Que contributo podem dar mais?

FM - O contributo da ELO foi unicamente o de apoiar esses processos informando constantemente que não é possível investir-se ou operar-se num clima de guerra. Neste ponto, não tenho quaisquer dúvidas sobre a enorme evolução positiva nas relações políticas entre Portugal e os Cinco conseguida nos últimos três anos e regozijo-me com esse facto. Sobre tudo a notável actuação da mediação portuguesa para pôr termo à guerra civil angolana catapultou Portugal e a sua política africana para o centro das atenções internacionais dos assuntos africanos e indirectamente os interesses portugueses em geral foram, e espero continuem a ser, beneficiados com isso. O único senão que tenho a apontar aos acordos do Estoril é a lacuna de não ter sido prevista também uma Comissão Conjunta para os assuntos económicos e financeiros. Tal, aliás, é reconhecido não só pelo sector privado português e europeu, como também pelo FMI e o Banco Mundial.

Quanto a Moçambique estou certo que se optasse pela mediação portuguesa caminhar-se-ia mais depressa e obter-se-ia o mesmo êxito que no processo angolano. Acredite que esta maneira de pensar é partilhada pelos meus colegas do Grupo dos Sete, que igualmente compreendem que Portugal não pode actuar sem que seja cumprida pelas partes a condicionalidade política para a sua intervenção, conforme os termos já indicados pelo Governo português.

O que é o Grupo dos Sete

O Grupo dos Sete para a Cooperação do Sector Privado Europeu com África, Caraíbas e Pacífico (A.C.P.) foi fundado em 1973 por sete Associações europeias, representando os investidores nacionais presentes naquelas zonas do mundo. Duas dessas sete Associações eram inglesas. Mas em 1988, ano em que a ELO, logo após a sua constituição, entrou no Grupo, representando Portugal, as Associações inglesas fundiram-se, pelo que se manteve o número de associados.

As sete Associações membros do Grupo são o Afrika Instituut (Holanda), a Afrika Verein (Alemanha), a CCBA (Bélgica), o CIAN (França), a British ACP Association (Grã-Bretanha), a As-safrica (Itália) e a ELO (Portugal), que representam actualmente cerca de 1 500 empresas da CEE presentes nos países ACP. Entre essas empresas encontram-se grandes sociedades de reputação mundial mas também médias e pequenas empresas.

Na última reunião plenária de 1991, por proposta da Alemanha, aprovada por unanimidade, o Grupo estendeu, a partir de 1 de Janeiro de 1992, a sua esfera de acção também aos países da União do Magreb Árabe (UMA), ou seja Marrocos, Argélia, Tunísia, Mauritânia e Líbia.

O Grupo dos Sete é uma organização totalmente financiada pelas suas Associadas e tem sede em Bruxelas, mantendo estreitas relações com a Comissão Europeia, especialmente com o Comissário responsável pelo Desenvolvimento, e com o secretariado dos países ACP sobre questões e problemas respeitantes às actividades do Sector Privado naqueles países. Esta actuação será alargada a partir de 1992 à zona da UMA.

Sendo os membros do Grupo reconhecidos como interlocutores e parceiros qualificados para contribuir na procura das melhores vias em matéria de desenvolvimento económico e social e sem-

pre enfatizando o papel que o Sector Privado tem neste domínio procuramos que a nossa experiência prática, o conhecimento dos mercados e o «know-how» técnico que possuímos, sejam considerados como factores a ter em conta nas questões do desenvolvimento económico dos países ACP.

Como representante dos pontos de vista do Sector Privado Europeu nos países ACP, o Grupo procura cooperar quer com os Governos ACP nos seus programas destinados a interessar potenciais investidores europeus, quer com as instituições das Comunidades ligadas ao desenvolvimento como o FED, o BEI e o CJD. Por sua vez, espera que as instituições comunitárias e os Governos ACP consultem o Grupo quando pretendam tomar medidas respeitantes às empresas do Sector Privado ou que de algum modo se envolvam ou afectem nos diferentes países ACP.

Cônsules dos PALOP criam associação

PÚBLICO

SÁBADO, 11 JANEIRO 1992

OS CONSULES dos países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP), sediados no Porto, mas cuja representatividade se estende pelo Centro e Norte do país, vão criar uma associação consular. Os representantes de Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe, Guiné e Moçambique estão já a manter encontros regulares entre si, com o objectivo de acautelar pequenas de funcionamento, partindo do princípio de que são uma importante "ponte" entre os interesses dos países que representam e os interesses portugueses. A associação poderá vir a ter, dentro em breve, existência jurídica, embora isso talvez não seja necessário para manter as formas de funcionamento que os cônsules pretendem. A iniciativa vai ser extensiva ao futuro cônsul de Angola no Porto, que ainda não existe, e os seus promotores pretendem também que ela englobe um representante de Timor, do Brasil e, no futuro, de Macau. Para o cargo de Timor fala-se na possibilidade de Barbedo Magalhães poder vir a ser indigitado para a função. Os representantes consulares dos PALOP entendem que as suas funções têm especificidades que os diferenciam dos seus congéneres de outros países e que, por isso, deveriam merecer melhor atenção das autoridades portuguesas. Paulo Patrício, de S. Tomé, e Jorge Basto, de Cabo Verde, adiantaram ao PÚBLICO que os cônsules podem vir a assumir um maior protagonismo nas relações com Portugal, não apenas na perspectiva oficial das relações Estado a Estado, também mas no nível da dinamização da implantação empresarial em África, na cooperação técnica, desde que lhes sejam facultadas melhores condições de trabalho.

EXPRESSO, SÁBADO 11 DE JANEIRO DE 1992

Mira Amáral traz Angola e Moçambique

ANGOLA e Moçambique poderão ser convidados a participar como observadores numa conferência sobre cooperação industrial entre a CE e alguns países do Leste, que está a ser preparada pela Comissão Europeia e pela presidência portuguesa. A associação dos dois países africanos foi proposta por Mira Amáral no encontro que teve na quarta-feira com o vice-presidente da Comissão, Martin Bangemann, o qual terá aceite a sugestão.

A iniciativa, a ocorrer em Março, poderá implicar a primeira alteração na agenda da presidência portuguesa: o adiamento para Junho do Conselho de Ministros da Indústria, marcado para 20 de Março.

O SÉCULO DE JOANESBURGO 16 DEZEMBRO 1991

Moçambique em Convénio Palop sobre Engenharia Civil em S. Tomé

Portugal e os cinco países africanos de língua oficial portuguesa (Palop) estão reunidos em S. Tomé, no âmbito do Convénio sobre engenharia civil, pro-

pecção e geotecnia dos terrenos vulcânicos.

Os representantes dos seis, reunidos no quadro do acordo para a coordenação do convénio estabelecido entre o Laboratório de Engenharia Civil (LNEC) e o Instituto de Cooperação Económica de Portugal (ICE) e as instituições congéneres dos Palop, têm previstas visitas a vários empreendimentos em construção em S. Tomé, particularmente à barragem hidroeléctrica sobre o Rio Papagaio, na Ilha do Príncipe, financiada pelo Governo português.

Fontes afectas ao encontro disseram à agência Lusa que esta reunião se realiza anualmente numa das capitais dos países signatários do convénio. A última foi realizada na Guiné-Bissau, cabendo agora a vez a São Tomé.

O encontro de São Tomé, que deverá durar oito dias, tem como objectivo analisar o grau de cumprimento das actividades programadas em matéria de formação e consultoria entre Portugal e as suas congéneres dos cinco países de língua oficial portuguesa.

Por outro lado, terá o balanço das actividades realizadas e a avaliação crítica das capacidades laborais de cada um dos países, para além de programar realizações para os próximos anos.

A conferência foi aberta pelo ministro do Equipamento Social e Ambiente, Óscar Sousa, diante dos participantes de Portugal, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e S. Tomé e Príncipe, países signatários do convénio.

O representante português disse no seu discurso que o laboratório nacional de engenharia civil de Portugal está disponível para cooperar com os cinco países nesta matéria.

Oliveira Pedro, professor de construção civil, disse ainda que «a cooperação do Laboratório Nacional de Engenharia Civil de Portugal com os países africanos de língua oficial portuguesa não podia deixar de ter uma característica especial», que resulta do passado comum que marca o relacionamento entre Portugal e as suas antigas colónias africanas.

Por seu lado, Conceição Oliveira, directora da construção civil de São Tomé desejou que o encontro seja mais uma oportunidade sobre o qual São Tomé possa tirar válidos proveitos.

Do grupo dos países participantes no convénio, São Tomé e Príncipe é o único que não dispõe de uma instituição vocacionada para análise e controlo laboratorial dos materiais empregues na construção civil.

O SÉCULO DE JOANESBURGO
16 DEZEMBRO 1991

Israel pretende penetrar nos Palops

A criação de «joint ventures» com parceiros portugueses para «penetrar nos PALOP é um dos principais objectivos» da primeira visita de uma delegação comercial de Israel a Portugal, disse uma fonte da embaixada de Israel em Portugal.

Portugal é o país que melhor conhece a mentalidade empresarial dos PALOP (Países de Língua Oficial Portuguesa), adiantou o segundo secretário da embaixada de Israel em Portugal, Gavriel Nahum.

«Ter bons projectos de investimento, mesmo com provas dadas, sem conhecer a mentalidade empresarial do país receptor, não chega», explicou Gavriel Nahum.

Outro dos objectivos desta primeira missão é a intensificação das relações comerciais entre os dois países, referiu Gavriel Nahum, adiantando que Portugal e Israel, que têm múltiplas oportunidades de cooperação empresarial, não se conhecem.

A dimensão das economias dos dois países é similar e em todos os sectores de actividade industrial e agrícola, nomeadamente, o têxtil e o da alta tecnologia, há oportunidades de cooperação, referiu ainda.

A economia israelita está em profunda mudança

afirmou o chefe desta delegação comercial de Israel, adiantando que a estratégia do governo para os anos 90 inclui a privatização da actividade e o incentivo ao desenvolvimento de empresas exportadoras.

A balança comercial entre os dois países — que foi deficitária para Portugal até à data de adesão à Comunidade Económica Europeia, apresentava um défice de cerca de 1.350 milhões de contos para Israel nos primeiros nove meses deste ano.

Do total das exportações portuguesas para Israel nos

primeiros nove meses deste ano, os produtos principais eram as pastas químicas de madeira, a madeira serrada ou endireitada, os polímeros de etileno e trigo.

No mesmo período, os aparelhos mecânicos, os polímeros de etileno e de cloreto e o algodão não cardado nem penteado eram os principais produtos israelitas comprados por Portugal.

A Delegação Comercial de Israel, composta por cerca de uma dezena de embaixados visitou Lisboa e Porto e deslocou-se ainda a Aveiro.

Chegou a hora de cumprir promessas

A «troika» vai a Luanda pela mão de Durão Barroso

Durão Barroso vai levar a «troika» comunitária até Luanda, de 1 a 3 de Fevereiro, para cumprir a promessa feita ao presidente José Eduardo dos Santos, de que obterá auxílio da CEE para a reconstrução angolana.

O secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação tem mantido encontros prévios com os seus homólogos europeus, designadamente na reunião do Governo português com a Comissão Europeia, na quarta-feira, no Palácio de Queluz, para avaliar as disponibilidades financeiras comunitárias e definir um quadro de cooperação específico.

Em Luanda, a «troika» terá encontros com o presidente angolano e com responsáveis da UNITA, não só na perspectiva de avaliar os termos do auxílio da CEE, mas também com o objectivo de reforçar politicamente a consolidação da paz e da democratização angolanas num contexto internacional.

A viagem de Durão Barroso e dos outros dois membros

da «troika» — o holandês Pronk e a britânica Lynda Chalker — a Angola será antecedida de uma outra deslocação pessoal do secretário de Estado português a Moçambique, prevista para os dias 29 e 30 de Janeiro.

Em Moçambique, com Chissano

Em Maputo, Durão Barroso irá avistar-se com o presidente Chissano. Segundo apurámos, a visita a Moçambique está relacionada com a futura cooperação da CEE com aquele país africano, mas algumas fontes diplomáticas admitem como muito provável que o processo das negociações de paz entre a Frelimo e a Renamo, que decorre em Roma, venha a ser abordado entre Durão Barroso e Chissano. Deverá ser analisado, sobretudo, o possível contributo directo português na mediação da paz moçambicana.

Estas iniciativas diplomáticas de Durão Barroso surgem na sequência do encontro que manteve, em Lisboa, com o seu homólogo holandês,



Durão Barroso cumpre promessa CEE prepara apoio a Angola

Pronk, onde se concretizou a passagem de testemunho dos dossiers da cooperação, da anterior presidência holandesa para a portuguesa.

Na ocasião, o secretário de

Estado português confirmou oficialmente a sua intenção de manter a «troika» de cooperação iniciada pelos holandeses e que beneficia directamente os desígnios da presidência portuguesa, na sua aposta junto dos países africanos e terceiro-mundistas.

Durão Barroso recebeu, também, das mãos de Pronk o «dossier» Timor-Leste, que os holandeses prometem que continuarão a defender nos próximos seis meses. O Governo português tenciona obter da Comunidade a concretização das ameaças deixadas no ar sobre a suspensão de auxílio à Indonésia por violação dos direitos humanos em Timor-Leste.

Entretanto, a crise da Jugoslávia, que Durão Barroso assumiu igualmente por delegação de poderes do ministro João de Deus Pinheiro,

levará o secretário de Estado português a Washington, nos próximos dias 21 e 22, para participar na reunião da Conferência para a Paz na Jugoslávia.

L.F.

Europa concede 200 milhões a Angola

EXPRESSO
11 DE JANEIRO DE 1992

A COMUNIDADE Europeia (CE) concederá a Angola uma ajuda a fundo perdido de 200 milhões de dólares para financiar a reconstrução económica do país, apurou o EXPRESSO junto de fonte comunitária. Esta importância, cerca de 28 milhões de contos, será atribuída ao longo da vigência do novo orçamento da CE (1993/1997), portanto depois das eleições multipartidárias marcadas para Setembro deste ano.

A concessão deste auxílio, ainda não formalizada, foi dada como adquirida durante a reunião de quarta-feira entre a presidência portuguesa e a Comissão Europeia e não se fará em prejuízo de outros mecanismos de apoio a Angola.

A próxima reunião da «troika» dos ministros da Cooperação e Desenvolvimento, marcada para Luanda, servirá para marcar a posição comunitária. No encontro, previsto para 2 e 3 de Fevereiro, participam o secretário de Estado

português da Cooperação, Durão Barroso, e os seus homólogos da Holanda e Grã-Bretanha.

Do «pacote» de auxílio a Angola, a CE fez já entrega de 15 milhões de dólares, a título de apoio alimentar às tropas que estão a ser desmobilizadas. Este montante poderá ajudar a fazer face a um dos mais graves problemas com que se defronta o processo de paz: o acantonamento dos antigos combatentes não está a ser totalmente cumprido e dezenas de milhares de soldados estão a desertar devido à falta de alimentos.

Esta questão esteve ontem no centro da reunião da Comissão Conjunta Político-Militar (CCPM), órgão que não realizava qualquer sessão formal desde a semana anterior ao Natal.

A CCPM verificou a existência de deserções dos dois lados, mas sobretudo nas FAPLA (forças do MPLA). Trinta mil soldados governamentais terão já desertado, mas segundo uma fonte da CCPM, que refere as primeiras indicações, não levaram as armas. Na quarta-feira, a UNITA afirmou que os desertores das FAPLA não estavam a devolver o armamento. Do lado das FALA (forças da UNITA), está também a ocorrer o abandono das fileiras, mas em menor escala, pois «um movimento guerrilheiro tem um controlo maior sobre os seus homens», segundo a nossa fonte.

A CCPM exprimiu «preocupação» perante este problema e incentivou as duas partes a concluírem o acantonamento das tropas e o seu efectivo desarmamento, de modo a se dar rapidamente por findo o processo de desmobilização.

Morte de britânicos divide UNITA

O ASSASSÍNIO em Angola de quatro cidadãos britânicos, ocorrido há uma semana, mostrou uma divisão no seio da UNITA, que apresenta duas versões do caso.

Em Abidjan, na segunda-feira, Jonas Savimbi atribuiu a responsabilidade do atentado a «ladrões». O líder da UNITA, que desaconselhou os estrangeiros de viajarem por Angola, reconheceu que as mortes se registaram próximo de um local onde estão aquartelados antigos guerrilheiros do seu movimento.

Contradizendo o seu líder, o ministro da Informação da UNITA, Jorge Valentim, disse em Luanda que as mortes se deveram à «irresponsabilidade» do Governo. Em comunicado divulgado em Lisboa, o movimento afirma que «soldados das tropas governamentais» fogem das suas áreas

de acantonamento e «pilham e semeiam o terror no país». É neste contexto que a organização situa a morte dos britânicos.

O Governo de Luanda desmentiu «categoricamente» estas acusações e, por seu lado, acusa a UNITA de ter somente dois terços dos seus homens armados nos locais de concentração. Para Luanda, o movimento não entregou armamento pesado e fez muitas crianças e velhos serem contabilizados como soldados.



Sobre esta polémica, uma fonte da Comissão Mista de Verificação e Fiscalização recusando-se a atribuir possíveis responsabilidades notou que até uma semana antes das mortes a zona onde estas ocorreram era controlada pelas tropas da UNITA. Só nessa altura, a organização permitiu que a Administração Central se estendesse à área, mas essa instalação está a ser dificultada por manifestações hostis ao MPLA.

Quando das mortes, que ocorreram a 300 metros de um aquartelamento de tropas da UNITA, o Governo só conseguiu bombar o presidente do município da região.

Angola PIBICO DOMINGO, 12 JANEIRO 1992 estabiliza

DEZASSEIS mil dos 36.000 soldados do Governo angolano que tinham deixado os seus locais de acantonamento para irem às festas do Natal e do Ano Novo já lá voltaram, contribuindo assim para que a situação estabilize.

A UNITA falara na semana passada de «deserção em massa» das tropas governamentais que deveriam estar acantonadas e isso criara mais um foco de tensão, colocando em perigo o processo de democratização do vasto país.

Entretanto, a Comissão Conjunta Político-Militar (CC-PM) que está a fiscalizar a aplicação dos acordos de paz nomeou seu porta-voz, e responsável pelo Gabinete de Imprensa, o jornalista português José Alberto de Sousa, de 37 anos, que em 1990 passara dos quadros da Televisão para assessor de imprensa do secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, Durão Barroso. Portugal, os Estados Unidos e a Rússia são os garantes da pacificação de Angola. ■

PIBICO SEXTA-FEIRA, 10 JANEIRO 1992

SAVIMBI PROMETE DENUNCIAR ASSASSINOS — O presidente da UNITA, Jonas Savimbi, prometeu ontem em Luanda revelar dentro de dias a identidade dos assassinos de quatro turistas britânicos, a semana passada, em Quiengues, no centro do país. Savimbi, que regressava de uma viagem à Costa do Marfim e ao Zaire, prometeu: «uma denúncia pública sobre os acontecimentos de Quiengues e outras acções» naquela área. A região está sob o controlo da UNITA e as mortes dos turistas deram-se perto de um campo de um seu acantonamento.

PIBICO 7 JANEIRO 1992

EUA neutrais em Angola

OS EUA não vão apoiar nenhum partido durante a campanha eleitoral angolana, disse ontem em Luanda o democrata Dave McCurdy, chefe de uma delegação de cinco congressistas que está no país desde domingo. No fim de uma audiência concedida pelo Presidente José Eduardo dos Santos, esclareceu que Washington está disposta a apoiar o estabelecimento de infra-estruturas para as eleições e que não concederá qualquer apoio especial à UNITA, ao contrário do que chegou a constar. Enquanto isto, o Conselho Nacional da Oposição, formado pela FNLA e por 12 novos partidos, exigiu ontem o «desmantelamento do actual regime» e a realização de «uma conferência nacional soberana». Mas também anunciou participar na reunião multipartidária que o Presidente convocou e que vai começar no dia 14. ■

SÁBADO 11 JANEIRO 1992 PIBICO

DURÃO BARROSO VAI A MAPUTO E Á LUANDA — Durão Barroso, secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, participará na reunião consultiva anual da Conferência Coordenadora do Desenvolvimento da África Austral, que se realiza a 29 e 30 deste mês, em Maputo. Segundo a Lusa, Durão Barroso seguirá para Moçambique directamente da Índia, onde acompanhará o Presidente da República. Logo no dia 1 de Fevereiro, o secretário de Estado vai a Luanda, para participar na reunião da «troika» de ministros de Cooperação e Desenvolvimento da Comunidade Europeia.

NOVO JORNAL EM ANGOLA — Angola tem um novo jornal a partir de hoje. Trata-se de um semanário de formato tablóide, de 24 páginas, propriedade da mesma editora do único jornal disponível para os leitores angolanos já há década e meia: o diário «Jornal de Angola». O novo título é dirigido pelo escritor Dário de Melo, um alto quadro do Ministério da Informação, e o corpo redactorial formado por ex-jornalistas do «Jornal de Angola». O jornalista português Manuel Dionísio, que em tempos foi agredido pelo ex-embaixador angolano na Grã-Bretanha, Luís Kiambata, será o chefe de redacção. Na sua primeira edição, o «Correio da Semana» tem como destaque uma grande entrevista com Joaquim Pinto de Andrade, presidente do Partido Renovador Democrático (PRD), uma das novas organizações da cena política angolana, que foi dirigente do MPLA, dissidente dessa mesma organização política, fundador da Associação Cívica Angolana (ACA) e ex-clérigo. O aparecimento do «Correio da Semana» marca o início de uma nova época na imprensa angolana, com pluralidade de títulos. Para breve está igualmente prevista a saída de um semanário patrocinado pela UNITA e, eventualmente, de outros apadrinhados por partidos políticos. Sabe-se que está já na forja um outro jornal que poderá chamar-se «Actual» ou «O País», num projecto que tem como uma das principais figuras o jornalista e escritor João Melo, até há pouco tempo correspondente da agência angolana de informação ANGOP, no Rio de Janeiro. O «Correio da Semana» que se define como semanário de informação geral, vai privilegiar essencialmente as diferentes correntes que estão a surgir na cena política angolana, aprofundando os grandes temas da actualidade nacional e internacional. Manuel Dionísio promete «uma publicação isenta, pluralista pautando a sua linha editorial pelas normas éticas e deontológicas universalmente reconhecidas entre os jornalistas».

PIBICO SEGUNDA-FEIRA, 13 JANEIRO 1992

Angola: partidos estudam eleições

Gustavo Costa
em LUANDA

UM NOVO cenário poderá vir a nascer na política angolana a partir da próxima terça-feira com a primeira sessão da reunião multipartidária que sentará à mesa o MPLA e a oposição civil.

O grande ausente será a UNITA, que defende a Comissão Conjunta Político-Militar (CCPM) como o único órgão regulador da transição e qualifica este fórum como um «golpe de Estado silencioso» contra os acordos do Estoril. No centro desta reunião estará a consagração de um pacto constitucional entre o Governo e a oposição, proposto pelo Presidente Eduardo dos Santos, visando complementar os acordos do Estoril. Luanda defende a reunião multipartidária, que já mereceu o acordo dos observadores estrangeiros na CCPM, para as tarefas decorrentes da transição e da democratização do país que ultrapassam as competências da CCPM.

Mais de 30 partidos da oposição e Governo vão discutir a escolha da data das eleições, a simultaneidade da sua realização e o direito de voto dos angolanos que se encontram no exterior, entre outros assuntos. O conselho da República esteve, entretanto, reunido até ontem para analisar nomeadamente os projectos de lei eleitoral, lei sobre a observação internacional do processo eleitoral.

A oposição prepara-se, por seu lado, para um braço de-ferro com o Governo. A maioria, à excepção do partido renovador democrático de Joaquim Pinto de Andrade, exige a realização de uma conferência nacional. Eduardo dos Santos rejeitou já essa pretensão e prepara-se para propor um Governo de gestão até às eleições.

Esta reunião terá lugar quando se assiste a uma grande movimentação pelo MPLA, com o reaparecimento em força de algumas das suas figuras históricas afastadas no passado, que visa «limpar a sala» base de intervenção política face aos próximos desafios eleitorais. Henrique dos Santos «Oumbwe» ressurgiu como um dos mais activos defensores de urgentes mudanças na cúpula do MPLA. Os escritores Luandino Vieira e Costa Andrade (Ndunduma) figuram igualmente entre as principais reservas históricas. Admite-se que Daniel Chipenda possa subir à cúpula do partido na sequência de uma conferência extraordinária a realizar-se em breve. Em ascensão parece estar também Alexandre Rodrigues (Kito), tido como próximo dos americanos, que tem sido incumbido pelo Presidente de missões diplomáticas de carácter especial.

Eduardo dos Santos rejeita conferência

SEXTA-FEIRA, 10 DE JANEIRO DE 1992

O PRESIDENTE angolano voltou a rejeitar a realização de uma conferência nacional soberana, proposta pela oposição, alegando que «só no povo reside a soberania e não em qualquer conferência cujos membros não tenham sido eleitos pelo povo».

Eduardo dos Santos falava ontem na abertura da terceira reunião do Conselho da República, um órgão de consulta do Presidente integrado por várias personalidades da sociedade civil. A sessão antecede a reunião multipartidária agendada para o dia 14 e analisa o projecto eleitoral e as alterações a introduzir na lei constitucional.

O Conselho Nacional Eleitoral deverá ser, para o Presidente da República, o órgão «cuja actuação as forças políticas devem fiscalizar, para garantir a sua isenção e imparcialidade na condução do processo eleitoral. Relativamente à constituição disse que as eventuais alterações visam precisar o papel dos organismos do Estado

para viabilizar o período de transição

Eduardo dos Santos anunciou que nos próximos dias abordará os mesmos assuntos com os representantes de todas as forças políticas. As conclusões acordadas «serão vinculativas, mas o Governo não agirá contra nem fora dos Acordos de Bicesse». Garantiu que o gesto não pretende «passar um cheque em branco ao partido ou partidos que vão ganhar as próximas eleições»; nas consultas bilaterais será necessário que as outras forças concordem «numa plataforma constitucional para as 11 repúblicas». As forças políticas, destacou, devem contribuir «em condições de igualdade» para que ninguém se possa sentir como «parte inferiorizada ou em condições desfavoráveis para a disputa eleitoral».

O Presidente sublinhou também as dificuldades que subsistem relativamente à extensão da administração do Estado a todo o território e as con-

dições difíceis em que vivem as tropas acantonadas. Afirmou que a situação preocupa o Governo e todas as forças que «de-sejariam resolver o seu trabalho político sem entraves e sem se sentirem ameaçados» pela instabilidade que ainda se regista em algumas zonas. Apelou a todos os intervenientes na cena política para consolidarem o clima de confiança no sentido de «uma maior pacificação dos espíritos» e que a paz e democratização sejam «realidades duradouras e irreversíveis».

O Conselho da República reúne-se numa altura em que a maior parte dos partidos políticos contesta o cariz da reunião multipartidária e coloca reservas quanto ao seu sucesso. O Conselho Nacional de Oposição defende, para o êxito do encontro convocado pelo Presidente, a criação de um espaço institucional de intervenção da nação e que proporcione uma nova política de transição do ponto de vista jurídico. ■

Pires Ferreira, em Luanda

Ataque à Diamang

CONTINUAM imprecisas as circunstâncias que rodearam o ataque, quarta-feira, às instalações de comunicações e ao aeroporto do Dundo. Lunda Norte, notícia adiantada pela Rádio Nacional de Angola. Uma fonte não oficial disse à agência Lusa que, apesar de as informações serem escassas, um grupo armado ussultou e ocupou o Serviço de Informação e Vigilância, a estação de recolha de diamantes e os co-

mandos da polícia nacional e militar no Lucapa, área de exploração da Sociedade Portuguesa de Empreendimentos, causando oito mortos.

A mesma fonte disse que a situação no Dundo, 140 quilómetros a norte de Lucapa, não é clara mas tudo leva a crer tratar-se de que designou como «alastramento» do movimento que no dia 30 de Novembro foi lançado por um grupo calcula-

do em 150 elementos, presumivelmente ex-agentes da segurança do estado, parte dos quais envolvido no tráfico de diamantes.

As poucas notícias que surgiram nos últimos dias em Luanda referem um movimento grevista na área diamantífera, reivindicando o cumprimento de um acordo laboral concluído em Junho do ano passado. Outra fonte não oficial disse ainda a Lusa que os 180 portugueses que trabalham na Lunda têm a sua actividade paralisada na região desde terça-feira. ■

11 DE JANEIRO DE 1992

PS — Deleções do MPLA e do PS portugueses mantiveram, ontem, em Luanda, conversações para análise do «período de transição democrática» até às eleições previstas para Setembro. Segundo o chefe da delegação socialista portuguesa, Fernando Marques da Costa — que no fim-de-semana passado se avisou com o secretário-geral da UNITA, Alvaro Mingo —, o processo de paz angolano «enche por parte dos partidos políticos portugueses uma atenção e um acompanhamento maior, mais intenso e mais permanente». Recordou-se que o MPLA tem pendente um pedido de adesão à Internacional Socialista, não se esperando qualquer decisão sobre ele até às eleições angolanas. Sobre a visita da delegação portuguesa, João Lourenço, secretário do bureau político do MPLA afirmou a agência Lusa que os dois partidos partilham «responsabilidades na aproximação entre os povos e os estados portugueses e angolanos». ■

Basquetebol e rali levam festa a Angola

EXPRESSO, SÁBADO 11 DE JANEIRO DE 1992

ESTA semana foi muito especial para o desporto angolano, que tem vivido dias de grande festa, primeiro pela expectativa criada pela participação da selecção de basquetebol na final do campeonato africano, e depois pela realização de duas etapas do Rali Paris-Cabo, um acontecimento inédito que levou inúmeras excursões para ver a caravana do «Dakar» passar nas picadas entre o Lobito, Namibe e Ruacaná.

No período colonial, sobretudo na última década antes da independência, o automobilismo era das modalidades mais populares em Angola. E se é verdade que não foi esquecido — realizam-se regularmente ralis e corridas de velocidade — actualmente é o basquetebol que tende a tornar-se o desporto favorito dos angolanos, ameaçando mesmo superiorizar-se ao futebol.

Para isso têm contribuído os brilhantes resultados obtidos pela selecção nacional, que nesta quarta-feira conquistou pela segunda vez o título de campeã africana, batendo o Senegal num encontro emotivo, em que a decisão por 71-67 apenas foi encontrada nos últimos segundos de jogo.

A qualificação de Angola para a final do campeonato africano tornou-se já um hábito, pois acontece desde há quatro anos, e se em 1983 e 1985 foram apenas vice-campeões, este ano confirmaram a regra de alternância, acrescentando novo título ao primeiro obtido em 1986.

Disputadas ainda na segunda-feira, as meias-finais antecederam por dois dias a partida final, criando em

Angola um ambiente de intensa expectativa em que o desporto despertou uma unidade nacional ainda muito longe da alcançada no campo político e social. Já na quarta-feira, Luanda ia parando à medida que a hora do jogo se aproximava. As atenções concentraram-se nos apontamentos transmitidos desde o Cairo pela rádio, enquanto a Televisão Popular não iniciava a transmissão directa.

O próprio Presidente José Eduardo dos Santos fez questão de enviar uma mensagem, manifestando-se «esperançado na fé dos jogadores» e acrescentando que «os angolanos estão todos unidos para vos transmitir de longe as forças e entusiasmo que necessitam para um sonho colectivo e erguer bem alto o nome de Angola».

A meio do encontro Angola detinha uma vantagem de onze pontos (39-28) sobre a selecção senegalesa, que na segunda parte, motivada por um prémio de jogo de dez mil dólares, várias vezes superior ao dos angolanos, lançou-se numa recuperação que a levou ao empate a poucos minutos do fim. Mas as esperanças não saíram defraudadas e nas últimas jogadas o resultado tornou-se novamente favorável a Angola.

«Charters» para ver o «Dakar»

Durante longas horas caravanas automóveis percorreram a capital, festejando o êxito, ao mesmo tempo que

procuravam pressionar a TAAG para disponibilizar um avião que pudesse trazer a equipa de imediato para Luanda. Todavia, a festa ficou adiada para amanhã pois, muito embora a TAAG fosse a patrocinadora da equipa, quatro dos jogadores, ao serviço de clubes portugueses, tiveram de regressar na quinta-feira a Lisboa, obrigando a uma escala em Portugal. Apesar de ter deixado desiludidos muitos adeptos, o atraso «deixou-nos mais tempo para preparar a grande festa de recepção», comentou ao EXPRESSO um entusiasta, prometendo mesmo que «a chegada dos campeões vai ser um verdadeiro exemplo de unidade nacional».

Com esta vitória a selecção assegurou a qualificação para os Jogos Olímpicos e

agora é sobre a preparação para Barcelona que irão recair «as nossas preocupações, pois temos de mostrar que pelo menos no basquetebol Angola já é um grande país».

Enquanto Luanda esperava os Palancas Negras para lhes oferecer «uma recepção memorável», alguns aviões da TAAG realizavam voos extraordinários para o Lobito, transportando centenas de adeptos que não quiseram deixar de ver de perto a estreia do Paris-Cabo em solo angolano. «É um acontecimento que não podemos perder», disse ao EXPRESSO um piloto angolano, lamentando apenas «não haver ainda condições para a caravana atravessar todo o país, como Gilbert Sabine pretendia».

Alexandre Correia
em Angola

Angolanos devem preparar-se para apertar o cinto e trabalhar duro

O SÉCULO DE JOANESBURGO 16 DEZEMBRO 1991

— Jonas Savimbi em entrevista à SABC

O SÉCULO DE JOANESBURGO
16 DEZEMBRO 1991

Suspensa repatriação de angolanos da Zâmbia

O repatriamento de 52 mil refugiados angolanos acolhidos na Zâmbia foi suspenso por Angola ser ainda «um país inseguro», afirmou, em Lusaca, o representante do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR).

A operação de repatriação dos angolanos foi suspensa por «Angola estar ainda infestada de minas, tornando-se insegura para os retornados», disse Stefan Bergland, citado pela agência Sapa.

Sobre a questão dos sul-africanos refugiados na Zâmbia, o delegado do ACNUR disse que a sua organização estabeleceu um acordo, ainda não ratificado, com o presidente Frederick de Klerk, o qual garante em princípio a amnistia de todos os retornados.

Após este entendimento, os exilados sul-africanos podem agora regressar ao seu país «em se-

gurança e dignidade» — acrescentou.

«O ACNUR tem a política de repatriar os refugiados com dignidade e segurança. Em Angola existe a dignidade, mas falta a segurança», considerou o delegado do ACNUR.

O repatriamento dos refugiados angolanos será retomado em Abril para dar tempo e possibilidade ao líder da UNITA, Jonas Savimbi, de resolver problemas urgentes antes deste regresso, anunciou, entretanto, o representante da agência dos refugiados.

Os 900 refugiados sul-africanos enquadrados na Zâmbia serão repatriados no período de uma semana, disse Stefan Bergland.

«cinto» e trabalhar duro para recuperar a economia do país, defendeu o líder da UNITA, Jonas Savimbi, em entrevista divulgada segunda-feira pela SABC, televisão oficial sul-africana.

Savimbi, que falava a partir de Luanda, explicou a exigência da UNITA para a total retirada dos cubanos residentes em Angola, as dificuldades da transição da vida de mata para a urbana e defendeu a capacidade do seu movimento em garantir uma administração adequada de Angola.

Defendeu depois uma atitude pragmática e cautelosa para lidar com as forças comunistas que subsistem tanto em Angola como na África do Sul, apesar do fracasso generalizado na aplicação desta ideologia a nível mundial.

«As ideias da nossa campanha eleitoral serão mostrar quem trouxe os cubanos para Angola, quem teve as ideias certas e erradas a nível interno, pois desde 1975 que falamos de eleições multipartidárias», adiantou.

«Vamos dizer que já antes falávamos de fazer amizade com a África do Sul, com os Estados Unidos, França e países ocidentais, quando aqui (com o MPLA) as escolhas eram erradas — escolhiam a União Soviética, Cuba, etc. Queremos disputar estas eleições sobre temas domésticos, mas também sobre as relações com o resto do mundo», sustentou Savimbi.

O líder da UNITA defendeu depois a aptidão do seu movimento em assegurar uma administração efi-

caz do país, no caso de vencer o primeiro exercício eleitoral multipartidário no seu país, para o que dispõe de quadros competentes em áreas tão variadas como o direito e o empresariado privado.

«Os nossos líderes mais proeminentes são agora os advogados, economistas, empresários e não os militares», frisou, acrescentan-

do, «penso que, por isso, estamos aptos a gerir o país».

«Temos de dizer a verdade aos angolanos, a situação económica deste país foi esgotada e, por isso temos de trabalhar, apertar os cintos e aceitar sacrifícios, vamos trabalhar duro para ter uma nova vida dentro de três ou quatro anos», propôs o líder da UNITA.

Situação tensa na zona do Lobito

O Estado Maior General das FAPLA desmentiu as afirmações da UNITA de que atacaram com helicópteros ou outros meios o Hotel Grão Tosco, no Lobito, acusando o movimento de pretender «criar as condições para o descarrilamento do processo de paz».

Segundo o comunicado do EMG das Forças Armadas governamentais em Luanda, são «falsas, falsas, desonestas e não dispõem de qualquer fundamento» as acusações de que as FAPLA atacaram, com meios aéreos ou outros, cidadãos indefesos no Lobito.

Na madrugada do dia 6/12, forças policiais tentaram desalojar um contingente indeterminado da UNITA do Hotel Grão Tosco, sua antiga sede, tendo sido registados, entretanto, pelo menos quatro mortos e mais de duas dezenas de feridos.

A alegada participação de soldados governamentais nos confrontos foi desmentida «categoricamente» pelo Estado Maior General, que disse que não há helicópteros Mi-8 estacionados no Lobito e que nenhuma nave do género escalou aquela cidade nos últimos dias.

O EMG manifestou, por outro lado, a sua apreensão

pelos «constantes apelos da UNITA «incitando seus militantes» à desobediência das leis em vigor e pediu que o movimento e o seu ministro da Informação, Jorge Valentim, adoptem «postura honesta e positiva» para cumprimento dos Acordos Paz de Bicesse.

As FAPLA declinam qualquer responsabilidade por consequências da «atitude irresponsável e sem escrúpulos» da UNITA, qualificando de «pseudo declaração de guerra» as afirmações de Valentim sobre o recurso pela UNITA a «todos os meios (ao seu dispor» para impedir actos governamentais de uso de força.

Segundo um primeiro balanço, veiculado pela Rádio Nacional de Angola, houve dois mortos durante a manhã e outros dois à tarde na área do Grão Tosco.

Fonte militar disse que há cerca de 300 membros da UNITA concentrados nos arredores do Lobito e que a «situação é muito tensa».

Segundo o comandante militar da região, citado pela rádio, «tudo pode acontecer numa situação destas» — há dezenas de feridos dos confrontos e, de acordo com o CMR, as tropas governamentais não têm meios para enfrentar a situação caso aumente o efectivo da UNITA na área.

O SÉCULO DE JOANESBURGO

16 DEZEMBRO 1991

Custo de vida aumenta em Angola

O índice de preços ao consumidor em Angola subiu mais de 11 por cento em Novembro em comparação com Outubro, segundo estudo do Instituto Nacional de Estatística citado pelo «Jornal de Angola».

Segundo o jornal, a variação acumulada de Janeiro a Novembro deste ano foi de 128,75 por cento.

O estudo acrescenta que o agravamento do índice de preços reflecte «apenas uma parte» das medidas económicas para reajustamento de preços e adequação do câmbio da moeda, o Cuanza, em vigor desde meados de Novembro.

O impacto real das medidas de tentativa de saneamento económico deverá verificar-se somente este

mês, mas foi já detectado um agravamento de preços no mercado oficial, cifrado em 36,71 por cento.

No mercado oficial, segundo o estudo, a secção de alimentos, bebidas e tabaco teve um agravamento de preços de 80,67 por cento.

Os aumentos foram de 724 por cento nas bolachas de água e sal e de 702 por cento no vinho nacional, de 110 por cento no frango congelado e de 69 por cento na carne fresca de vaca de segunda, por exemplo.

Nos outros mercados considerados, o acréscimo foi de quase 7 por cento no mercado «paralelo» e de quase 4 por cento no mercado de divisas.

O mercado em divisas, um sucedâneo de tojas

francas, teve o maior agravamento de preços comparativo, com aumento de 224,77 entre Janeiro e Novembro deste ano.

Este agravamento justifica-se parcialmente pela desvalorização do Cuanza em 50 por cento, decidida em Novembro.

Os aumentos de preços foram de 178 por cento no mercado oficial e de 110,93 por cento no mercado paralelo, ainda segundo o INE de Angola.

O estudo leva em consideração que os luandenses compram quase 80 por cento de bens e serviços no mercado paralelo, contra cerca de 16 por cento no mercado oficial e quase 6 por cento no mercado em divisas.

Aperçu de l'industrie pétrolière en Angola

par Alexandre PEGADO (*)

L'Angola, important producteur de pétrole brut en Afrique australe, pourrait devenir le principal fournisseur de produits pétroliers de la région. Le niveau actuel de production dépasse le demi-million de barils de brut par jour et l'exploration se poursuit à un rythme accéléré. Cet article cherche à souligner certains aspects des activités de l'Angola dans le secteur pétrolier ainsi que son rôle dans la région de la SADCC.

Le seul secteur rescapé de l'économie angolaise

Contrairement aux autres secteurs de l'économie angolaise depuis l'indépendance, le secteur pétrolier s'est développé très rapidement. La production est passée de 94 000 barils par jour en 1975 à 164 000 en 1979 pour atteindre aujourd'hui 500 000 barils par jour. Le pétrole a donc été déterminant sur la vie politique et économique du pays. La guerre civile qui s'est achevée en mai 1991 a provoqué de sérieux troubles sur une bonne partie du territoire ainsi que la destruction de nombreuses infrastructures et unités de production. La mauvaise gestion, l'incompétence et les scissions ont enfoncé davantage encore le pays dans le chaos économique. L'industrie pétrolière est parvenue à rester assez efficace malgré tout et il ne fait aucun doute que son expansion a empêché le pays de sombrer davantage dans la crise.

Aujourd'hui encore, le pétrole représente 30 % du PIB, près de 53 % des recettes de l'Etat et 95 % de l'ensemble des revenus en devises étrangères.

SONANGOL — L'entreprise pétrolière publique

Sonangol, entreprise pétrolière de l'Etat, a été fondée en 1978. Chargée de mettre en œuvre la politique gouvernementale dans le secteur, elle exerce ses activités dans le domaine de l'exploitation, de la production, du transport, du

raffinage et de la distribution. Au cours des 13 dernières années, Sonangol est devenue une entreprise de taille appréciable totalement intégrée en amont et en aval. C'est la raison pour laquelle elle fait aujourd'hui l'objet d'une restructuration qui fera d'elle une société holding avec trois filiales dans les domaines suivants: prospection et production, distribution et raffinage. Seule la filiale Sonangol Prospection et Production a déjà été constituée.

Les activités de prospection

Les bassins sédimentaires de l'Angola font partie des bassins saés d'Afrique occidentale. Les trois bassins principaux sont le Congo au nord; le Cuanza dans les plaines centrales et le Namib au sud-ouest. Les premières explorations ont été menées au début de ce siècle. Plus de 210 000 km ont été couverts par la prospection sismique depuis lors et 550 puits environ ont été forés. Près de 8 000 km de «lignes sismiques» ont été explorées sur la plate-forme continentale de l'Angola jusqu'à une profondeur de 200 mètres environ. Cette plate-forme a ensuite fait l'objet d'une première division en 14 blocs de 4 000 kilomètres carrés chacun. En 1984, Sonangol a mis en œuvre un programme de prospection sismique plus global dans des fonds marins de 200 à 1 500 mètres. Ces travaux ont abouti à la division de la plate-forme continentale angolaise en 16 blocs supplé-

mentaires. L'attribution de deux des nouveaux blocs en eaux profondes est actuellement négociée avec SHELL et ELF. Les zones côtières où se déroulent des activités de prospection sont les trois zones de l'enclave de Cabinda (dont deux sont négociées avec Occidental et BP) et deux zones dans le Bassin du Congo (prospectées par FINA).

Ailleurs, Sonangol Prospection et Production a récemment conclu deux contrats avec Range Oil (Canada) en vue d'un programme commun de prospection. TEXACO a foré neuf puits exploratoires et découvert ainsi cinq gisements offrant des perspectives commerciales, et ELF a foré cinq puits exploratoires dont un peut faire l'objet d'une exploitation commerciale.

On estime aujourd'hui à 1,53 milliard de barils les ressources pétrolières récupérables en Angola, soit l'équivalent de neuf années de production aux taux actuels d'extraction.

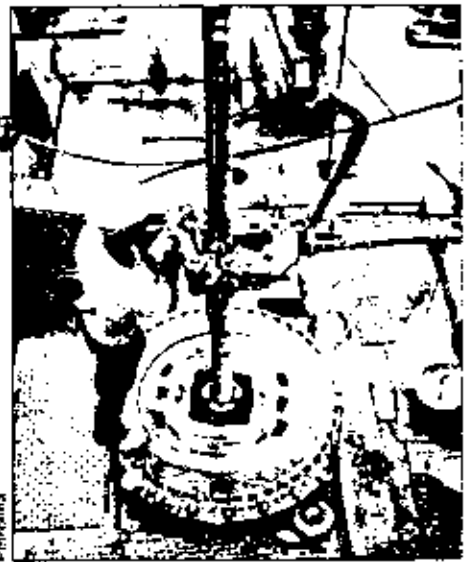
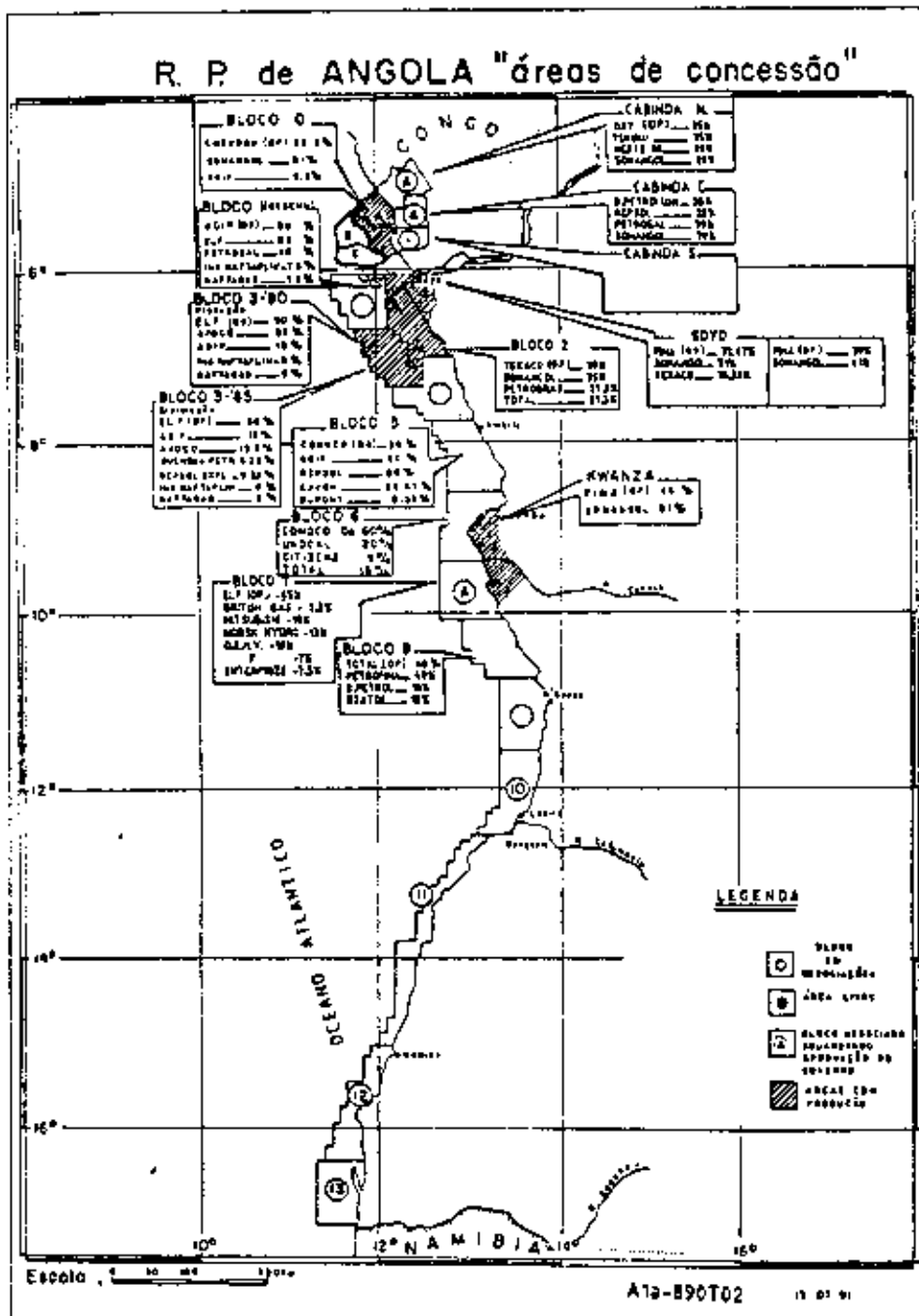
Les activités de production

C'est en 1955 que furent extraits les premiers barils dans le champ pétrolier de Benfica, situé dans le bassin du Cuanza. Plus récemment, la production pétrolière des bassins du Congo et du Cuanza a régulièrement diminué en dépit d'investissements importants: elle est passée de 56 000 barils par jour en 1974 à 30 000 seulement aujourd'hui. La production off shore a démarré en 1968 à partir des gisements de Malongo dans

Tableau 1: Production actuelle de pétrole en Angola

Région	Quantité (approx.)	Tendance
En mer		} En hausse
Cabinda	290 000 barils/jour	
Bloc 2	49 000 barils/jour	
Bloc 3	169 000 barils/jour	
Total	508 000 barils/jour	
Sur terre		En baisse
Bassins du Congo et du Cuanza	30 000 barils/jour	

(*) Juriste auprès du Département Marketing International de SONANGOL



L'Angola est actuellement le second producteur de pétrole de l'Afrique subsaharienne.

tombent en deçà du niveau confortable de ces dix dernières années, il n'y a aucune nécessité de consacrer des investissements lourds à l'industrie pétrolière en amont. En réalité, la levée des contraintes imposées par la guerre favorise la mise en œuvre de nombreux programmes au travers desquels les recettes du pétrole peuvent être utilisées de manière rentable.

Le pétrole angolais et la SADCC

Le pétrole angolais n'a pas encore été fourni en quantité significative aux Etats membres de la SADCC. L'essentiel de la production a été vendu sur les marchés internationaux aux Etats-Unis et en Europe. L'Angola, en tant que seul pays producteur de pétrole de la SADCC, peut jouer un rôle déterminant parmi les dix Etats membres pour toute une série de raisons. Son niveau de production est élevé et son brut léger convient aux besoins de la région. Les itinéraires d'acheminement sont courts, les communications sont bonnes et les prix sont compétitifs.

Les mêmes opportunités existent en ce qui concerne l'Afrique du Sud, qui n'est pas membre de la SADCC. L'utilisation des raffineries sud-africaines pour le traitement du pétrole angolais destiné à la région de la SADCC pourrait, en outre, offrir d'intéressantes possibilités.

Un autre aspect mérite une attention particulière, à savoir l'éventualité d'une coopération avec les pays voisins (Namibie et Zambie) en ce qui concerne la prospection des bassins pétroliers allant au-delà des frontières nationales, sur la base du principe des accords internationaux d'unification. © A.P.

Carte de Sonangal montrant les concessions pétrolières sur le territoire angolais

l'enclave de Cabinda. L'essentiel de la production pétrolière de l'Angola provient actuellement des installations en mer.

Des investissements majeurs ont été faits au cours des années 1980. Ils ont dynamisé l'industrie par le développement de programmes de relance et le démarrage d'activités de prospection dans de nouvelles régions. La production de pétrole a ainsi doublé et fait de l'Angola le second producteur de pétrole de l'Afrique subsaharienne, précédé seulement du Nigeria.

Pétrole et paix

Pendant les années de guerre, l'Angola a eu pour principale préoccupation de développer et d'exploiter le plus rapidement possible ses ressources pétrolières. Dans la conjoncture actuelle, toutefois, la paix revenant, il semblerait plus raisonnable de ralentir l'expansion de ce secteur et d'accorder la priorité au développement d'autres domaines importants tels que l'industrie et l'agriculture

En dehors des investissements prévus pour la prospection pétrolière en vue d'éviter que les réserves exploitées ne

Antigos sindicatos e independentes medem forças em Cabo Verde

PÚBLICO
QUINTA-FEIRA 9 JANEIRO 1992

José Vicente Lopes
na Cidade da Praia

Os sindicatos que cresceram com o PAICV no poder ainda mantêm forças em Cabo Verde e nas relações internacionais. Mas novas estruturas crescem e procuram tomar-lhes o poder. Uma guerra que ainda não acabou.

Derrotado o partido único, o sindicalismo cabo-verdiano entrou numa autêntica roda-viva. Nos últimos meses, raro é o dia em que não se tem notícia da polémica que divide os defensores da emergência de um sindicalismo novo e os que são acusados de se manterem presos ao passado.

Com o aparecimento dos primeiros sindicatos independentes, a antiga central sindical cabo-verdiana, a União Nacional dos Trabalhadores de Cabo Verde — Central Sindical (UNTC-CS), viu contestada a sua hegemonia, acusada de pouco ter feito para defender os interesses dos trabalhadores durante o exercício governamental do PAICV.

O próprio Governo, que não esconde a antipatia que nutre pela organização, tudo tem feito para dificultar-lhe a vida. A semelhança de outras instituições sociais e políticas, ela viu-se privada do subsídio anual de 24 mil contos que recebia do Estado. Ao mesmo tempo, um decreto-lei passou a regulamentar as actividades sindicais no país, e a UNTC perdeu o estatuto de central sindical única.

Ao que tudo indica, a disputa sindical ultrapassou já as fronteiras do arquipélago. A Confederação Internacional dos Sindicatos Livres (CISL), por exemplo, de que a UNTC-CS faz parte desde Novembro, tem acompanhado o processo e fez saber ao primeiro-ministro, Carlos Veiga, a sua apreensão relativamente ao modo como se processa o sindicalismo em Cabo Verde.

Para além da CISL, com cerca de 100 milhões de associados em todo o mundo, a União dos Trabalhadores de Cabo Verde mantém relações com organizações congêneres de vários países, entre os quais Portugal e Holanda. Pressionada, a Cidade da Praia viu-se obrigada a alterar o decreto-lei, inclusive o artigo que

obrigava a central a organizar-se em novos moldes no prazo de 90 dias, sob pena de ser extinta.

Apesar das dificuldades, a UNTC-CS ainda é a maior organização sindical cabo-verdiana, reunindo, de acordo com os seus dados, cerca de 12 mil associados — número que poderá ter baixado com a criação de novos sindicatos. Gravitava à volta do PAICV, e a maior parte dos seus quadros eram dirigentes ou militantes desse partido.

Com o multipartidarismo, a União demarcou-se dos partidos políticos e passou a admitir no seu seio o direito de tendência. Este facto permitiu que dirigentes seus pudessem concorrer nas listas tanto do PAICV como do MPD às eleições legislativas do ano passado.

Vista anteriormente como mera correia de transmissão do regime, a central sindical é hoje encarada pelo novo poder como um instrumento de desestabilização do PAICV, e também acusada de não possuir legitimidade para falar em nome dos trabalhadores, já que a actual direcção foi eleita ainda no período de partido único.

Dirigentes da sua antiga União Sindical Regional (USR) de Santiago, que tem a frente Jo-

sé Manuel Vaz, chegaram, por isso, a propor a convocação de um congresso extraordinário para Janeiro do ano passado, de modo a adaptar a organização aos novos tempos e eleger uma nova direcção. A proposta foi derrotada e os seus autores afastaram-se. O congresso ordinário da UNTC-CS deverá realizar-se em Fevereiro, depois de ter estado marcado para este mês.

Independentes emergem

Em meados do ano passado, surgiria na Praia o grupo dos sindicatos independentes, conotado com o partido no poder, que pretendia fomentar a criação de novas estruturas sindicais. Neste momento, a antiga USR de Santiago parece ter absorvido ou neutralizado o grupo, passando assim a liderar o processo.

Existem neste momento três sindicatos independentes em Santiago, que abrangem vários ramos profissionais. Aparentemente, esse fenómeno tem-se verificado apenas nessa ilha, uma vez que nas outras, sobretudo em São Vicente e no Sal, a preferência dos trabalhadores síndica-

lizados continua a voltar-se para a UNTC-CS.

Segundo o seu secretário-geral, Júlio Ascensão Silva, o processo de criação de sindicatos independentes tem sido pouco democrático e transparente. E cita como exemplo a constituição, domingo passado, na Cidade da Praia, do Sindicato do Comércio e Serviços, em condições consideradas anormais.

Na opinião do dirigente, o processo de desgaste a que a sua organização tem estado submetida faz parte de uma estratégia global que visa destruí-la e substituí-la por outra que satisfaça os interesses dos actuais governantes. "Eles nada vão conseguir", assegurou ao PÚBLICO. "Temos uma implantação real que dificilmente será destruída."

Também para José Manuel Vaz, que nega ter qualquer ligação com o poder, é necessário criar no país um novo modelo sindical, que permita aos trabalhadores defenderem os seus interesses. "Mais de 50 por cento dos trabalhadores sindicalizados estão conosco", garantiu. Existe mesmo a intenção de criar uma estrutura de coordenação dos três sindicatos da USR.

Os dois grupos que se dizem contra a divisão dos trabalhadores não excluem o diálogo entre si. Contudo, pouco têm feito nesse sentido, e raro é o dia em que não trocam novas acusações: os dirigentes da União de Trabalhadores chamam traidores e oportunistas aos seus adversários e estes alegam que os interlocutores não passam de uma clique burocrática que não quer perder os privilégios. ■

DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 12 DE JANEIRO DE 1992

Primeiras eleições pluripartidárias em Cabo Verde comemoradas em Lisboa

O PRIMEIRO aniversário sobre a data das primeiras eleições legislativas pluripartidárias em Cabo Verde é comemorado dia 13 deste mês, na capital portuguesa, com uma sessão levada a efeito pela associação cabo-verdiana de Lisboa. A sessão, que terá lugar pelas 18 e 30 na sede daquela associação, na Rua Duque de Palmela, contará com a presença do embaixador de Cabo Verde em Lisboa, Eugénio Inocêncio, e de várias figuras ligadas à vida política nacional. Uma palestra sobre "A democracia em Cabo Verde" e o significado do acto eleitoral de 13 de Janeiro de 1990 constituirá um dos pontos altos da comemoração. O dia assinala a realização das primeiras eleições democráticas em Cabo Verde, que deram a vitória ao Movimento para a Democracia (MPD), liderado pelo primeiro-ministro, Carlos Veiga.

'92 é o ano das privatizações'

Um ano após as primeiras eleições livres vai haver remodelação governamental

José A. Salvador

O Chefe do Governo de Cabo Verde, Carlos Veiga, anuncia na próxima semana a remodelação governamental que está a ultimar, e com a qual pretende obter maior eficácia para solucionar os graves problemas económicos que ainda afectam o seu país.

Na agenda do II Governo do MPD, partido vencedor das eleições de 13 de Janeiro de 1991, inscrevem-se agora as prioridades governativas de 92, como privatizar a economia e propor a revisão constitucional ao Parlamento.

Um ano depois das primeiras eleições livres, que deram a vitória ao MPD, e colocaram o PAICV na oposição, Carlos Veiga fez para «O Jornal» um breve balanço sobre os doze meses que mudaram politicamente o arquipélago.

«O Jornal» — **Que balanço faz deste primeiro ano de governação? Tudo correu bem?**

Carlos Veiga — Penso que



Carlos Veiga, chefe do governo cabo-verdeano
«As acusações da oposição não têm fundamento»

este ano decorreu normalmente como o previsto. Completámos o ciclo da democratização das instituições, com a realização das eleições autárquicas em Dezembro, em clima de estabilidade, sem sobressaltos. Foi um ano necessário para conhecer toda a máquina e proceder ao diagnóstico da situação. '92 será o

ano das medidas económicas. ■ **Que medidas vai adoptar?**

□ 1992 será o ano das privatizações. Vamos liberalizar o comércio, nomeadamente a importação/exportação, privatizar o sector bancário, os seguros, as telecomunicações e também o sector energético.

Consenso na revisão constitucional

■ **Vão privatizar empresas públicas?**

□ Vamos privatizar diversas empresas públicas e vários sectores da economia. Até Maio queremos ver aprovada a nova Constituição, despida das suas cargas ideológicas actuais, reforçando os direitos e garantias dos cidadãos e retirando ao sistema económico todas as limitações à iniciativa privada. No plano político procuraremos consagrar um maior equilíbrio de poderes entre o

Governo e o Presidente da República.

■ **A oposição é ouvida nesta matéria?**

□ Sim. O projecto de revisão constitucional será submetido a discussão pública e no Parlamento. Apesar de dispormos da maioria qualificada de dois terços que nos permitiria fazer sózinhos esta revisão, vamos

procurar uma forma consensual para as decisões no Parlamento.

■ **No diagnóstico que fizeram à situação quais foram os principais problemas que encontraram no país?**

□ Problemas estruturais, como o desemprego elevado e falta de infraestruturas, como no abastecimento de água. O sector público da economia é omnipresente e ineficiente, sendo também deficitário e que sobrecarrega bastante o erário público. A administração pública está inflacionada.

■ **Significa que vão despedir funcionários públicos?**

□ Não, mas pensamos redistribuí-los melhor. Há falta de funcionários em certas ilhas, como há falta de funcionários qualificados em muitas áreas da administração. É também preciso reformar mentalidades, porque é excessiva a burocracia, em particular, para o desenvolvimento das actividades económicas.

■ **Ficou surpreendido com a elevada abstenção registada nas eleições autárquicas de Dezembro? E como explica o desaire do seu partido, o MPD, em S. Vicente?**

□ Não me surpreenderam os 45 por cento de abstenções registadas nesta disputa eleitoral. Repare, era a terceira eleição no mesmo ano, depois

das legislativas e das presidenciais e a população estava cansada de três actos eleitorais sucessivos. Há também falta de cultura democrática e houve expectativas exageradas. Em S. Vicente, evidentemente que não gostaríamos de perder como perdemos. Muita gente dizia «sou MPD, mas nas autárquicas vou votar Onésimo Silveira (independente) para defender os interesses da ilha». Mas vamos retirar lições deste desaire e recuperar esse eleitorado que não está perdido.

■ **Quanto às expectativas exageradas, a oposição acusa o seu Governo de ineficácia. A remodelação governamental é para dar maior eficácia ao seu executivo? Como vai concretizá-la?**

□ Quanto à remodelação não quero adiantar por enquanto nada. Entre 13 e 15 de Janeiro anunciá-la-ei. Quanto ao sermos pouco eficazes o que lhe posso dizer é que gerimos melhor o que nos deixaram e construímos perspectivas credíveis para o futuro. As acusações da oposição não têm fundamento. Durante este primeiro ano de governação resolvemos muitas situações que nos deixaram pendentes e delas dei conta perante o Presidente da República no meu discurso de Ano Novo.

José Vicente Lopes,
na Cidade da Praia

Decano dos países africanos de língua oficial portuguesa no campo da democratização, Cabo Verde — agora com assento no Conselho de Segurança das Nações Unidas — completa hoje um ano sobre as suas primeiras eleições multipartidárias.

Cabo Verde assinala hoje o seu primeiro ano em democracia, tendo o Governo decretado tolerância de ponto em todo o arquipélago. E a efeméride coincide com o momento em que se aguarda o anúncio de novo executivo, previsto para hoje ou — o mais tardar — para quarta-feira.

Em declarações ao PÚBLICO, o primeiro-ministro Carlos Veiga revelou que não irá alterar profundamente a composição do seu Governo, mas sim efectuar reajustamentos que considera necessários. "Com esta medida esperamos poder contar com uma maior eficiência na resolução de alguns problemas", disse.

Esta remodelação ocorre um mês depois das eleições autárquicas, as terceiras no espaço de um ano. E tudo indica que com isso o Movimento Para a Democracia (MPD) pretende recuperar o terreno que perdeu nestes doze meses de governação.

Com efeito, depois de uma vitória esmagadora em Janeiro passado, o MPD perdeu no espaço de um ano cerca de 30 por cento do seu eleitorado. Este recuo tem sido interpretado como sinal de decepção dos cidadãos em relação ao Governo, que não conseguiu por em prática as suas promessas eleitorais, principalmente no que se refere à mudança e à competência.

Volvido um ano, a vida política nacional viu acentuada a clivagem entre o poder e a oposição, sendo esta representada principalmente pelo PAICV. E as próprias relações entre os dirigentes do MPD estão longe de continuar a ser as mesmas. No dizer de um deles, há uma "paz podre" entre eles, tendo em conta a forma como muitas vezes procuram aniquilar-se entre si, sobretudo através de artigos anónimos publicados na imprensa local.

Apesar do esforço em fazer passar a ideia de que a remodelação é um assunto pacífico, o que levou por exemplo os membros do Governo a porer os cargos a disposição algumas fontes próximas do poder garantiram ao PÚBLICO que Carlos Veiga tem sido alvo de pressões. E só a revelação do novo elenco governativo poderá mostrar até que ponto ele terá feito valer a informação de que possui carta branca para proceder como bem entender nesta matéria.

Ministros ganham pouco

Por outro lado, não tem sido fácil achar gente para formar uma equipa à altura dos desafios que se lhe colocam. Além de não abundarem os recursos humanos, o salário de ministro (cem mil e duzentos escudos) e o de secretário de estado (noventa e oito mil e duzentos escudos) não parecem atrair os quadros mais capacitados.

Por isso, Carlos Veiga admitiu que teve de recorrer a gente fora do MPD, cujas figuras mais proeminentes praticamente já se encontram no Governo. Assim, Húlpio Fernandes (um empresário cabo-verdeano radicado em Portugal) será o secretário de estado das Finanças e António Moeda (um quadro da Shell na Praia) é apontado para a secretaria de estado da Indústria e Energia.

São tidas como certas as saídas do ministro da Saúde, Luís Leite, e a do secretário de estado dos Transportes, António Pedro Maurício. Este deverá ser substituído por Alfredo de Carvalho, director-geral dos Transportes Aéreos de Cabo Verde.

O ministro do Desenvolvimento Rural e Pescas, Gualberto do Rosário, é apontado como o próximo governador do Banco de Cabo Verde, um sector tido como importante para o ritmo que se pretende introduzir na economia do país.

Ainda na tentativa de melhor gerir os seus recursos, Carlos Veiga não conseguiu convencer o ministro da Educação, Manuel Faustino, a assumir a Saúde, que chegou a dirigir há treze anos, antes de se incompatibilizar com o PAIGC, tal como o actual ministro das Finanças e do Plano, José Tomás Veiga (irmão do primeiro-ministro).

O Governo deverá passar a ter dois secretários de estado adjuntos do primeiro-ministro — um que se irá encarregar dos

Assuntos Parlamentares e outro da Comunicação Social e Cultura. O actual secretário de estado da Imigração e Comunidades, José Manuel Pinto Monteiro, é tido como a pessoa ideal para o primeiro e Arnaldo Silva, que tem respondido pela Informação e Assuntos Parlamentares, para o segundo.

Aliás, a comunicação social estatal tem sido um dos sectores mais criticados, sobretudo em virtude de não se terem sentido ainda as grandes transformações que dela se esperavam. A introdução de um maior peso da cultura surge como uma resposta às acusações de que o Governo tem dado pouca atenção a este sector.

Em termos de balanço, Carlos Veiga considerou 1991 um ano de levantamento do diagnóstico real das medidas que serão implementadas a partir de 1992. Citou como exemplos as privatizações e a materialização de projectos tendentes a transformar Cabo Verde num ponto internacional de prestação de serviços, nomeadamente a nível de portos e aeroportos.

Constituição à moda do Minho

E, no campo sócio-político, o chefe do Governo revelou que serão também implementadas as instituições e os mecanismos de concertação social, tais como o novo serviço de previdência social, a introdução dos contratos colectivos de trabalho e uma nova política salarial, entre outros.

A elaboração de uma nova Constituição foi também considerada por Carlos Veiga como outra medida que o seu partido pretende levar adiante. Para o efeito já se encontra feito o anteprojecto do futuro texto constitucional, elaborado por Vladimir Brito, professor cabo-verdeano na Universidade do Minho, texto que será distribuído brevemente.

Depois de ter sido anunciada para este trimestre, uma fonte garantiu-nos que a aprovação da próxima lei fundamental foi mais uma vez adiada, desta feita para o próximo trimestre. Pela sua importância, tudo leva a crer que este será um dos próximos assuntos que irão catalizar os cabo-verdeanos.

A Igreja Católica já fez saber que tem as suas propostas e o Presidente António Mascarenhas Monteiro revelou há dias que irá participar, como

cidadão e como chefe de Estado, no debate, sobretudo no que se refere à definição dos seus poderes. Segundo uma pessoa das suas relações, Mascarenhas Monteiro pensa brevemente dirigir-se à nação sobre este assunto. ■

Moçambique

PÚBLICO
TERÇA-FEIRA, 7 JANEIRO 1992

recupera Gorongosa

A REABILITAÇÃO do parque nacional da Gorongosa, local onde a Renamo montou o seu quartel-general, vai implicar um investimento de cerca de quatro milhões de contos, devendo uma parte deste montante ser financiado por capitais externos, foi anunciado por uma fonte em Maputo. O projecto de restauração do parque, a cargo de um departamento governamental, prevê a criação de mecanismos de fiscalização sobre o abate furtivo de animais e a transferência parcial dos habitantes para outras zonas. O tempo necessário para cumprir estes objectivos é de cinco anos e, a partir dessa altura, prevê-se que as receitas anuais do parque atinjam os 300 mil dólares. ■

DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 12 DE JANEIRO DE 1992

Delegação de Maputo em Roma inclui peritos militares

A DELEGAÇÃO oficial do Governo de Maputo à 10.ª ronda de conversações para a paz em Moçambique integrará pela primeira vez militares, revelou em Maputo o ministro Armando Guebuza. O titular dos Transportes e Comunicações chefiará a delegação moçambicana na 10.ª ronda de conversações para a paz em Moçambique, entre o Governo e a Renamo, que tem início marcado para segunda-feira, em Roma. Guebuza acrescentou que Maputo desejaria discutir já na próxima ronda os aspectos específicos de um cessar-fogo, justificando assim a inclusão de peritos militares na sua delegação — cujas identidades não revelou. «Se a Renamo desejar discutir um cessar-fogo já na próxima ronda, estaremos tecnicamente preparados para isso», disse. O Governo de Maputo tem defendido a prioridade de discussão de um acordo imediato de cessar-fogo no conflito, para estabelecimento da paz o mais depressa possível, mas a Renamo impõe a discussão prévia das matérias políticas.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 12 DE JANEIRO DE 1992

Exposição «Sentir Moçambique» passa por Coimbra

A EXPOSIÇÃO *Sentir Moçambique*, integrada por obras dos artistas moçambicanos Malangatana e Idasse, está patente, até dia 25, no Edifício Chiado, em Coimbra, por iniciativa da Oikos, organizadora desta mostra itinerante, que já esteve em Viseu, Faro e Lisboa. Seguirá, depois, para o Palácio de D. Manuel, em Évora. Malangatana participará, também, a 26, no mesmo local, num colóquio intitulado *Vectores de uma Época Cultural*, juntamente com o poeta Rui Nogar, e em outro seminário para professores do ensino secundário dedicado à educação intercultural.

SEXTA-FEIRA, 10 JANEIRO 1992

PÚBLICO

MUGABE PODE ENCONTRAR DHLAKAMA — Uma fonte oficial do Governo do Zimbabwe admitiu ontem que o Presidente Robert Mugabe poderia encontrar-se nas próximas horas, pela primeira vez, com o líder rebelde moçambicano Afonso Dhlakama, para tentar desbloquear o processo de paz em Moçambique. Mugabe partiu para o Malawi numa visita que se previa curta para conferenciar com o Presidente Kamuzu Banda. Mas a fonte oficial assinalou: «Pensamos que Mugabe se encontrará com o líder da Renamo se isso ajudar a conseguir a paz.»

Moçambique

PÚBLICO

DOMINGO, 12 JANEIRO 1992

A paz mais próximo

A DÉCIMA RONDA das conversações para a paz em Moçambique vai começar dia 15 em Roma, depois de o Presidente do Zimbabwe, Robert Mugabe, já haver conferenciado — pela primeira vez — com o líder da Renamo, Afonso Dhlakama.

O chefe do grupo que há mais de 14 anos combate o regime moçambicano «está a falar de paz e manifesta o seu desejo de a ver concretizada», disse Mugabe à imprensa, depois de haver estado no Malawi com Afonso Dhlakama.

Fontes políticas citadas pela agência Reuter afirmaram que o Presidente do Malawi, Kamuzu Banda, está a tentar utilizar a sua influência sobre o chefe da Renamo para fazer progredir o progresso de paz, que se arrasta há mais de ano e meio.

Enquanto isto, o Governo moçambicano — que há dias recebeu o ministro de Estado adjunto do Presidente Banda, John Tembo — afirmou estar pronto a en-

viar peritos militares para as conversações de Roma, igualmente no sentido de facilitar um acordo de paz.

A notícia foi dada pelo chefe da delegação governamental às negociações, Armando Guebuza, ministro dos Transportes e Comunicações, que foi durante o fim de semana aos Estados Unidos, de onde se dirigirá a Roma.

O arcebispo da Beira, D. Jaime Gonçalves, que está a funcionar como mediano, a par do Governo italiano e da comunidade católica de Santo Egidio, informou entretanto que as duas partes vão debater a partir de quarta-feira o processo eleitoral, bem como — eventualmente — questões ligadas ao cessar-fogo e à formação de umas Forças Armadas unificadas. Mas ainda na terça-feira a Renamo atacou a vila de Macia, na província de Gaza, tendo causado 50 mortos e 25 feridos, seis dos quais em estado grave. ■

Teresa Lima
em Maputo

PÚBLICO SEXTA-FEIRA, 10 JANEIRO 1992

Moçambique afasta FNAC

A FNAC-Supermercados deverá entregar, no prazo de 150 dias, todas as lojas e instalações que explorava até agora em Moçambique, na sequência da rescisão, pelo Governo de Maputo, do contrato celebrado em 1987 com a firma portuguesa. O anúncio da rescisão foi feito oficialmente ontem, na capital moçambicana, pelo Ministério do Comércio. A FNAC-Supermercados deixa de beneficiar de isenção aduaneira nas importações para o país e terá de entregar as lojas um ano antes do prazo previsto para o fim do contrato (1992). O comunicado oficial não refere as razões desta decisão do Governo de Maputo, mas estará em causa a violação dos termos do contrato, por parte da empresa concessionária. O problema foi levantado em Dezembro de 1991, quando as alfândegas de Moçambique suspenderam os alvarás de duas firmas sul-africanas, a Premier International e a Chandling, acusadas de fazer importações em nome da FNAC-Supermercados. ■

Ilha de Moçambique no Património Mundial

É dada como certa, durante a XV sessão do Comité do Património Mundial que decorre em Cartago (Tunísia) a decisão da UNESCO para que a ilha de Moçambique figure na lista do património mundial.

A candidatura moçambicana confirma o pedido formulado na anterior reunião daquele comité da Organização das Nações Unidas para a Educação e Cultura e segue-se ao processo iniciado há vários anos pela equipa do anterior ministro da Cultura de Moçambique, Luis Bernardo Honwana.

As autoridades moçambicanas esperam que a inclusão da antiga capital colonial do país na lista do Património Mundial permita obter apoios internacionais consideráveis, de maneira a evitar a degradação de

uma importante zona histórica.

Um levantamento efectuado em 1985 pela então Secretaria de Estado da Cultura de Moçambique, juntamente com a Escola de Arquitectura de Aarhus (Dinamarca), revela que muitos edifícios de grande valor histórico necessitam de restauro urgente.

Com a inclusão na lista

do Património Mundial, as autoridades moçambicanas ficam com mais argumentos ao formularem pedidos de ajuda, que a concretizar-se poderá contribuir para ampliar as potencialidades turísticas da ilha, permitindo a reparação do seu património arquitectónico.

O ministro moçambicano da Cultura, José Mateus Katupha, na recente con-

ferência geral da Unesco, realçou que a ilha de Moçambique é um ponto de encontro das civilizações de África, Europa e Ásia, tendo por ali passado em 1488, o navegador português Vasco da Gama, e o caminho das Índias.

Na Exposição Universal de Sevilha, que se realiza em 1992, a ilha vai ocupar

uma posição dominante no pavilhão de Moçambique.

As autoridades de Maputo gostariam que outras zonas figurem na lista do Património Mundial, caso do Parque Natural da Gorongosa e dos «zimbabués», as ruínas espalhadas pelo centro do país e que são vestígio do lendário Reino do Monomotapa.

O SÉCULO DE JOANESBURGO

16 DEZEMBRO 1991

Estradas rurais vão ser melhoradas

Envolvendo 22 distritos prioritários, um programa de reabilitação de estradas rurais vai ter início em Moçambique. A iniciativa vai dar impulso aos programas de desenvolvimento rural em curso no país, reabilitando cerca de 2.400 quilómetros de estradas secundárias nos próximos cinco anos, com a utilização de mão-de-obra intensiva, o que significa que, nesse período o programa oferecerá emprego a 4,2 milhões de pessoas. Os custos dos projectos estão estimados em 37 milhões de dólares.

Um acordo para a formalização do financiamento, que irá custear parte da reabilitação de estradas rurais, foi assinado em Maputo por Peter Smkin, representante do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), e por Jacinto Veloso, ministro da Cooperação. Assistiu à cerimónia o ministro da Construção e Águas, João Salomão.

Um total de 22 milhões de dólares serão concedidos por agências internacionais, nomeadamente

PNUD, a Agência Sueca para o Desenvolvimento Internacional, a Comunidade Económica Europeia, o Programa Mundial de Alimentação, a DANNIDA, a Agência Alemã de Cooperação Técnica, e a Suíça.

O Governo de Moçambique entrará com cerca de 15 milhões de dólares para despesas relativas a salários, combustíveis e materiais de implementação do programa.

Este projecto visa minimizar o estado precário actual das estradas que, principalmente nas zonas rurais, há mais de uma década não beneficiam de qualquer acção de reabilitação ou manutenção.

Regista-se que um projecto piloto foi anteriormente financiado pelo PNUD e executado pela Organização Internacional do Trabalho, tendo demonstrado viabilidade técnico-económica satisfatória, em especial no uso intensivo de mão-de-obra. Estes métodos são potencialmente favoráveis na geração de empregos, na participação local e na sua manutenção em trabalhos de estrada no país.

O SÉCULO DE JOANESBURGO
16 DEZEMBRO 1991

O SÉCULO DE JOANESBURGO
16 DEZEMBRO 1991

Ministro do Comércio tranquiliza empresários moçambicanos

O ministro do Comércio de Moçambique tranquilizou o empresariado moçambicano sobre a concorrência por parte dos investidores portugueses, afirmando que estes são desejados no país mas sem que tal venha a traduzir-se por

uma «invasão» do mercado.

Daniel Gabriel Tembe precisou, numa entrevista publicada pelo jornal «Notícias», de Maputo, que a presença de empresários portugueses em Moçambique obedecerá aos mesmos moldes a aplicar aos

homens de negócios de outros países, dependendo das «condições que oferecerem».

O ministro moçambicano negou existirem razões para os empresários moçambicanos «entrarem em pânico» pelo receio de uma hipotética invasão de investidores lusos, com base em rumores de que o Governo estaria disposto a entregar muitos dos interesses portugueses nacionalizados em 1975.

Esta ideia ter-se-ia gerado na classe dos empresários moçambicanos devido

a anunciada decisão governamental de uma próxima alienação e privatização de empresas actualmente em posse do Estado e que são, de uma forma geral, deficitárias e muitas delas próximas do estado de falência.

Desde 1989, o Governo já alienou cerca de 120 pequenas empresas dos ramos do comércio e indústria, mas na sua maioria elas foram vendidas ou simplesmente entregues a empresários moçambicanos. O Estado prepara-se para passar à privatização de grandes empresas industriais e agrícolas.

Cidade de Angoche sofre violento ataque

Pelo menos 61 pessoas foram mortas durante o ataque efectuado terça-feira pela Renamo contra a cidade costeira de Angoche, na província de Nampula.

A notícia divulgada pela Rádio Moçambique, através do seu correspondente naquela região, acrescenta que 42 das vítimas foram mortas a tiro ou a golpes de baioneta e que outras 19 morreram por afogamento na baía fronteiriça à cidade, na aflição da fuga.

O repórter da RM afirmou que, reagindo aos rebeldes de Afonso Dhlakama nos bairros limfrofes, a população local conseguiu capturar 16 agressores e matar outros 10 com pedras e paus.

Este foi o terceiro ataque da Renamo contra Angoche desde Setembro de 1987, mas a cidade vinha conhecendo uma relativa calma nos últimos meses, apesar dos seus arredores sofrerem pequenas incursões regulares dos rebeldes, sobretudo as aldeias isoladas num raio de 50 quilómetros.

O SÉCULO DE JOANESBURGO

16 DEZEMBRO 1991

Suécia revê ajuda devido à corrupção

O Governo sueco anunciou em Estocolmo que irá rever a sua concessão de ajuda a Moçambique depois de ter recebido relatórios sobre o que designou de «grave corrupção».

A Suécia, um dos maiores doadores de Moçambique, concedeu 600 milhões de coroas (o equivalente a 100 milhões de dólares) no orçamento deste ano.

All Svensson, ministro da Ajuda Externa, declarou que «preocupações sobre problemas de corrupção em Moçambique também estão a ser partilhados por outros países doadores, e não podemos permitir que a ajuda internacional encoraje ou reforce a corrupção».

A expulsão do 2.º secretário da Embaixada da Suécia em Maputo, sob a alegação de que tinha solto um cão contra um polícia moçambicano, é citada num jornal sueco com outra versão, já que Lars Wahlund foi expulso quando investigava relatórios sobre corrupção envolvendo projectos de desenvolvimento financiados pela Suécia.

São Tomé e Príncipe sem medicamentos

AS AUTORIDADES sanitárias de São Tomé e Príncipe fizeram ontem um apelo desesperado aos países ocidentais, nomeadamente Portugal, França, África do Sul e Estados Unidos, para que lhes forneçam ajuda em remédios. "Não temos nem produzimos. Pretendemos salvar vidas humanas o mais urgentemente possível", afirmam.

O país vive actualmente uma ruptura no "stock" de medicamentos e o director-geral de Assistência Médica, António Lima, afirmou em conferência de imprensa que esta situação "poderá trazer, muito em breve, consequências dramáticas para a população".

De acordo com António Lima, não existem actualmente no país medicamentos suficientes para satisfazer as necessidades da população. Isso deve-se à "má gestão do 'stock'". As verbas orçamentais são insuficientes e agrava a delapidação que se verifica nas unidades de saúde, sobretudo no Hospital Dr. Aires de Meneses, o maior do país. "O roubo", afirma António Lima, "assumiu proporções incríveis. Eu já nem falo em medicamentos. Fraldas, lençóis, loiças e colchões não param de desaparecer".

Guimaraes Costa, directora da Enamede, empresa estatal de medicamentos, revelou ainda que por vezes há medica-

mentos nos armazéns da firma mas o hospital não tem dinheiro para os comprar. "E quando a Enamede tem dobras [moeda local], não tem divisas para comprar medicamentos no exterior de São Tomé", afirma.

No hospital Aires de Meneses, um técnico sanitário revelou ao PÚBLICO que há doentes que são obrigados a regressar a casa devido à falta de camas. Na pior das hipóteses, duas pessoas ficam na mesma cama.

Nas farmácias, o panorama não é mais animador. Privadas, na maioria, exibem as prateleiras semi-vazias e quando têm medicamentos vendem-nos a preços exorbitantes.

Uma das formas de ajudar a minorar a actual situação de ruptura seria a ajuda externa. No entanto, há países ocidentais que oferecem medicamentos com o prazo de validade expirado. "O último lote oferecido pelos Estados Unidos teve de ir todo para o lixo", revelou Guimaraes Costa.

O director-geral revelou também que é muito reduzida a utilização da rede de saúde pública pelos são-tomenses. "Cada são-tomense", explicou, "gasta em média apenas um dólar e meio por ano nas despesas de saúde pública. Isso é uma coisa penosa e ridícula", afirmou.

Manuel Dende, em S. Tomé

Nuvem de pó cobre São Tomé

PÚBLICO
SEXTA-FEIRA 10 DE JANEIRO 1992

O AVIÃO da TAP que semanalmente faz a ligação entre São Tomé e Lisboa foi obrigado a permanecer algumas horas em Abidjan, Costa do Marfim, devido a uma camada de pó que perturba a navegação aérea no arquipélago de São Tomé e Príncipe.

A camada de poeira em suspensão, que provém do Sara Ocidental, está também a afectar outros países da região. Este tipo de fenómeno, que desde há cinco anos, entre os meses de Dezembro e Fevereiro, tem atingido São Tomé, tomou este ano maiores proporções.

O verde da vegetação e o azul das águas de São Tomé e Príncipe estão agora diluídos numa espessa camada branca. Na capital, um transeunte tem sérias dificuldades em avistar o que quer que seja a 300 metros de distância.

Além de ter provocado uma redução parcial do movimento

pescação do país, a capitania do porto informou que três pescadores já desapareceram sob o manto de pó. No meio hospitalar, por seu lado, é esperado um surto de conjuntivite — dado que o pó ataca sobretudo os olhos —, mas não são de excluir problemas respiratórios ou cutâneos.

Os voos que ligam São Tomé ao Príncipe foram cancelados e a companhia aérea nacional — a Equatorial Airlines — anunciou que só retomará a actividade quando a situação meteorológica estiver normalizada.

Receia-se ainda que a nuvem de poeira possa ter efeitos nefastos nas colheitas do arquipélago essencialmente agrícola, tanto mais que já provocou uma subida da temperatura para os 34 graus. O termo desta situação depende apenas da direcção que o vento tomar.

Manuel Dende, em São Tomé

Militares em São Tomé

PÚBLICO
QUINTA-FEIRA 9 DE JANEIRO 1992

RESPONSÁVEIS portugueses pela reestruturação das Forças Armadas de São Tomé e Príncipe estão já no país africano, onde elaborarão diversos documentos jurídicos, segundo afirmou à agência Lusa uma fonte militar. O director-técnico do projecto de reestruturação das Forças Armadas são-tomenses (FAST), tenente-coronel Carneiro Teixeira, é o responsável do Ministério da Defesa pela área legislativa militar. José Prata, irmão elaborador a Lei de Defesa Nacional, a Lei do Serviço Militar e o Estatuto dos Oficiais do Exército. No âmbito do processo de cooperação militar entre Portugal e São Tomé, estão igualmente em curso dois projectos: a reestruturação do campo de instrução militar e a estruturação da engenharia militar local.

O SÉCULO DE JOANESBURGO

18 DEZEMBRO 1991

Governo são-tomense reforma o Ensino

O sector de educação do Ministério dos Assuntos Sociais vai introduzir no ano lectivo de 92/93 novos programas e manuais escolares, no quadro da reforma do sistema do ensino — disse a agência Lusa fonte da Educação em São Tomé.

Entre os novos programas e manuais, destacam-se a introdução das disciplinas do meio físico social e educação visual tecnológica, respectivamente no ensino primário e secundário básico.

Lurdes Santos, directora do Gabinete de Estudos e Pesquisas Pedagógicas, em entrevista recentemente concedida aos órgãos da comunicação social, referiu que esses manuais serão impressos em Lisboa e financiados pelo Banco Mundial em cerca de 745 mil dólares.

A reforma do sistema do ensino inclui também a reabilitação da rede escolar do país e, numa primeira fase, o projecto de renovação em curso contempla a recupera-

ção de 41 escolas, sendo 35 primárias, cinco secundárias e uma pré-universitária.

Será igualmente construída uma nova escola no bairro de Santo António, na periferia da capital, cujas obras terão início «nos primeiros meses do próximo ano», adiantou Lurdes Santos.

Esta escola estará vocacionada para a formação de instrutoras que, no futuro, ministrarão cursos de formação de professoras de ensino básico e primário.

Fonte ligada ao projecto indicou que a construção e renovação destas escolas deverão custar mais de 15 milhões de dólares.

Ainda no quadro da reforma do ensino, está previsto ainda este mês o início de um curso de língua portuguesa e francesa para professores do ensino secundário básico, com a duração de três anos.

O curso será dirigido especialmente a quadros do ensino secundário básico, sector que neste momento

depara com dificuldades nesta matéria.

Esta modalidade de formação no interior do país é mais económica e vantajosa, na opinião das autoridades ligadas à educação em São Tomé, e resulta da cooperação trilateral que envolve os governos são-tomense, português e francês.

A realização está sob a responsabilidade do centro do ensino de francês, serão admitidos 30 alunos e o curso será ministrado por especialistas portugueses, franceses e são-tomenses.

Igualmente para a melhoria do sistema educacional do país, será criado um gabinete encarregue de estudos e planeamento da educação, vocacionado também para atendimento de reclamações e levantamento permanente da situação do ensino.

A criação deste gabinete está avaliada em 208 mil dólares e será igualmente financiado pelo Banco Mundial.

South Africa United by fear

FROM OUR SOUTH AFRICA CORRESPONDENT

THE African National Congress, as Nelson Mandela made clear in a new-year message, is in a hurry. It wants a non-racial election for a constituent assembly which, by the end of 1992, would draft a new constitution for South Africa. President F.W. de Klerk has already told the newly established Convention for a Democratic South Africa that he wants, as soon as possible, a transitional government based on a transitional constitution and including black people. It seems both sides want change fast, on the way to a non-racial future. But it is not as easy as that.

The present constitution offers no place at all for black people. The ANC demands that it should be promptly repealed and replaced by an interim government, drawn from the main parties at the convention. Its principal job would be to organise free and fair elections for a constituent assembly that could finish its work in a year.

Mr de Klerk and his National Party colleagues are against creating a constitutional vacuum, even briefly. To preserve the proprieties, they want to bring in a transitional constitution, making space for blacks as well as for whites, Indians and Coloured (mixed-race) people. Under this constitution, elections would be held for a new parliament, soon. This new parliament, not the ANC's proposed constituent assembly, would hammer out a definitive constitution. The transitional constitution and parliament would last at least five years; the minister for constitutional affairs, Gerrit Viljoen, has talked of it lasting one or two five-year parliamentary terms, instead of the few months the ANC demands.

The president says that both he and his predecessor, P.W. Botha, promised white electors that they would be consulted, in an election or by referendum, before big constitutional changes were made. The ANC says this amounts to giving the white minority a veto over constitutional proposals emerging from the convention; it suspects that Mr de Klerk plans to "legitimise" the present parliament (with chambers for whites, Indians and Coloureds) by grafting on a fourth, black chamber, and calls

this unacceptable.

Mr de Klerk insists that he has no plans for a new chamber, and points to the draft scheme put forward by the National Party (which, in this context, is not clearly distinguishable from the government.) The party rules out racially separate voters' rolls or

representation, and calls for non-racial adult suffrage. It wants to prevent abuses of power by an amazing range of checks and balances, including: proportional representation; an entrenched constitution, prescribing power-sharing at ministerial level; a bill of rights; a three- or five-person presidency with a rotating chairman; and a strong second chamber, weighted in favour of smaller parties.

When the National Party produced its scheme, Mr Mandela rejected it as a recipe for chaos, designed to protect white people's privileges. The ANC now says it is prepared to consider the proposals, while remaining set against any device that would legitimise the present constitution. The ANC seems to fear that Mr de Klerk wants to lure it into "collaboration", but the suspicions go both ways. Mr de Klerk has said straight out that the ANC cannot be trusted with power. In a constituent assembly elected by straightforward adult suffrage, the ANC would fairly surely be the biggest party. As such, it might claim to rule the country, as well as writing the new constitution.

It all sounds negative. But both the ANC and the National Party want to be sure that a settlement is not wrecked by fanatics, black or white. To start the year, white right-wingers bombed public buildings, while murderers of the Azanian People's Army, an instrument of the Pan Africanist Congress, ambushed and killed some black policemen. More of that is what the two established political movements want to avert.

O SÉCULO DE JOANESBURGO
16 DEZEMBRO 1991

Haverá uma «guerra infernal» se não for criado um Estado Boer

— dizem líderes do AWB, após reunião fracassada com o Governo

A liderança do movimento boer Afrikaner Weerstandsbeweging (AWB) advertiu a semana passada que passará a preparar-se para uma «guerra», após ter abandonado um encontro com o ministro do Desenvolvimento Constitucional, Gerrit Viljoen.

A AWB acusou o Governo, no termo do encontro, de não estar preparado para considerar a reivindicação de um «Estado Boer» num fórum separado, que não a Codesa.

Visivelmente agitado, Eugene Terre'Blanche referiu que a sua organização não está disposta a negociar na presença de comunistas e anti-cristãos que participam na Codesa.

«O encontro terminou nesta atmosfera, e nós deixámos a sala», disse o líder boer.

A AWB «de agora em diante» prepara-se para o caos, porque não pode haver paz se o Governo não reconhecer o direito de as nações se auto-governarem, disse Terre'Blanche, que, bastante perturbado, afastou-se dos repórteres e deixou-os a falar com os restantes líderes do AWB.

Piet Rudolph, secretário-geral do AWB, disse que já esperava o falhanço da reunião com o ministro, e acrescentou que o que virá agora será «uma guerra infernal».

O ministro Gerrit Viljoen não saiu do seu gabinete após o abandono da reunião por parte do AWB.

Le Monde - 10/01/92

O AFRIQUE DU SUD: plus de 200 exilés seront rapatriés cette semaine. — Plus de 200 exilés regagneront l'Afrique du Sud cette semaine, depuis la Tanzanie, a indiqué, mercredi 8 janvier à Genève, le Haut Commissariat pour les réfugiés auprès des Nations unies (HCR). Au total, 20 000 exilés devraient rentrer en Afrique du Sud au cours des prochains mois. — (AFP)

FAR-RIGHT ORGANISATIONS GET TO DEFY CONSCRIPTION : BD 920107, P.3

Far right-wing organisations say their members will refuse compulsory military service and instead train themselves to protect their communities. The CP and HNP, however, still favour conscription. Boerestoot Party leader Robert van Tonder said government had no right to call up young men "to act as referee between warring nations in the townships". HNP leader Jaap Marais said although conscription wasted manpower and money, it did prepare people for service to their country. However, he said conscripts should tell their officers they were not prepared to act against their consciences. Aksele Volkseer Weermag said its conscripted members would report for national service only if they could serve to protect their own communities. They would refuse to act as political stabilisers in unrest situations. A Defence Ministry spokesman said conscription in terms of the Defence Act remained in force and political organisations had no right to tell their followers not to do national service.

Daily News
Bulletin

ZULU KING TO DISCUSS CODESA WITH PRESIDENT : BLD 920108, P.4 (translation)

The King of the Zulus, King Goodwill Zwelithini, will be discussing his possible participation in the Codesa conference with President FW de Klerk on Friday. He was not invited to last month's meeting. Dr Mangosuthu Buthelezi, leader of the Inkatha-Freedom Party (IFP), said during a newsconference on Monday that he personally boycotted the Codesa-conference because his King had not been invited. The Inkatha delegation to the Codesa conference considered their King's non-invitation an insult and that could have national repercussions.

Daily News
Bulletin

COMMENT : BROEDERS AGAIN : BD 920107, P.3 (a)

The Broederbond wheel seems to have gone full circle when the secret organisation, which has dominated Afrikaner politics since 1948, turns its sinister attention to discrediting right-wingers. President FW de Klerk, if he is still a member, should tell his brothers he does not need their help in solving the country's problems. He has enough trouble countering disclosures about his government's own covert operations without having to cope with the Broederbond's clumsy efforts. The Broederbond plan to persuade right-wing political groups to join constitutional talks, disclosed in the Sunday Times, includes a nasty trick if things do not work out to its liking - the use of the National Intelligence Service to discredit and embarrass their leaders. Beeld quotes a "reliable source" in the Broederbond as denying that any such plan exists. Besides, says the source, such a proposal would be in conflict with the organisation's aims, which are to promote Afrikaner unity. Broederbond Chief Pieter de Lange also issued a denial on television last night. It is even suggested that the leaked document is a right-wing plot to split the Broederbond. Either way, a split seems the likely outcome of the disclosures. Right-wingers are furious, and more determined than ever to stay away from constitutional negotiations. Moreover, any incident now which reflects badly on right-wing leaders can be pinned on the "Broederbond plot" to discredit them.

Daily News
Bulletin

EXPRESSO, SÁBADO 11 DE JANEIRO DE 1992
ANC sopra 80 velas

JOANESBURGO — O Congresso Nacional Africano comemorou quarta-feira o seu 80º aniversário, marcado por um clima de franco optimismo face ao curso das conversações constitucionais que decorrem na África do Sul e face às expectativas reais de criação de um Governo multirracial.

M. BANU

QUINTA-FEIRA, 9 JANEIRO 1992

África do Sul

APENAS 39,2 por cento dos estudantes negros da África do Sul obtiveram aprovação nos exames de acesso ao ensino superior, contra uma taxa de 95 por cento entre os candidatos brancos, noticiou a agência Lusa. O director-geral do departamento sul-africano de educação e instrução, Bernhard Louw, defendeu que o absentismo e a instabilidade social foram os grandes responsáveis por estes resultados. Segundo este responsável, professores e estudantes continuam, em algumas escolas, a impedir a actuação de directores e inspetores pedagógicos. O Sindicato Democrático dos Professores referiu que as condições escolares entre a população negra pouco melhoraram em 1991. "Os livros voltaram a chegar tarde, salas de aula superlotadas foram a ordem do dia, enquanto persistiu a falta de recursos e a pobreza de infra-estruturas", acusou o sindicato.

ANC acusa De Klerk de querer "perpetuar o apartheid"

PÚBLICO

QUINTA-FEIRA, 9 JANEIRO 1992

O CONGRESSO Nacional Africano (ANC) apelou ontem, dia em que celebrou 80 anos de existência, para que 1992 fosse o ano das eleições livres na África do Sul.

"O ANC vai lutar pelo estabelecimento de um Governo interino na primeira metade do ano e pela realização de eleições para a assembleia constituinte em Dezembro", afirmava o comunicado ontem divulgado pelo Comité Executivo nacional da organização.

Mas o ANC aproveitou também a ocasião para renovar as críticas ao Governo do Presidente Frederik De Klerk, a quem o seu líder, Nelson Mandela, acusou de estar a elaborar um "esquema sinistro para perpetuar o apartheid" na África do Sul. As propostas de transição apresentadas por De Klerk destinam-se a garantir a supremacia branca durante o próximo século, declara o Congresso Nacional Africano.

O Presidente prometeu que os eleitores brancos teriam uma palavra final a dizer sobre a nova Constituição e propôs a elaboração de uma Constituição interina que seria posteriormente submetida a referendo. Com base neste documento seria formado um Parlamento eleito por sufrágio universal

que teria como função a elaboração do texto final da Constituição.

É este projecto, que dá à minoria branca o direito de veto, que o ANC considera ser uma tentativa para fazer perpetuar o sistema de apartheid. "Realizar eleições para um Parlamento e Governo transitórios é complicar deliberadamente e atrasar aquilo que deveria ser uma transição simples", considera o movimento liderado por Nelson Mandela. Segundo o ANC, o plano de De Klerk serviria apenas para "prolongar a transição por um período de 10 anos ou mais".

Uma sondagem realizada no início do mês em Joanesburgo pela revista "Financial Mail" revelou que o ANC obteria 54,21 por cento dos votos e mais de metade dos deputados num Parlamento eleito por sufrágio universal. O Partido Nacional, que se manteve no poder durante os últimos 44 anos, teria apenas 22,87 por cento dos votos e 47 dos 200 lugares do Parlamento.

Numa entrevista transmitida ontem pela cadeia de televisão norte-americana CNN, Nelson Mandela declarou que o ANC "trabalhará em conjunto com o Partido Comunista", mas

"o futuro desta aliança dependerá dos problemas com os quais formos confrontados". Segundo Mandela, o PC sul-africano poderá decidir "adotar uma linha independente e estabelecer-se como organização separada, sem aliança com o ANC".

"Se um Governo de maioria negra vier a ser estabelecido na África do Sul não será porque nós exigimos a regra da maioria negra mas porque os negros são majoritários", afirmou Mandela.

No seu programa económico, o ANC afirma que todos os cidadãos têm direito ao trabalho, a um ordenado digno e a preços razoáveis. "É nossa convicção que o bem-estar de uma nação não deve estar sujeito às oscilações da sorte e a circunstâncias económicas pessoais, mas deve ser responsabilidade do Estado", afirma o comunicado apresentado ontem durante um comício em Bloemfontein, onde o ANC realizou, no dia 8 de Janeiro de 1912, a sua reunião inaugural.

O comunicado ontem divulgado pede ainda a libertação de todos os presos políticos que, segundo afirma, continuam detidos apesar do anúncio da sua libertação feito pelo Governo no ano passado. ■

PÚBLICO

SEXTA-FEIRA, 10 JANEIRO 1992

ANC oferece préstimos a Paul Simon

O CONGRESSO Nacional Africano (ANC) ofereceu-se para garantir a segurança do cantor norte-americano Paul Simon, que chegou terça-feira a Joanesburgo para uma digressão de duas semanas pela África do Sul, a inaugurar com um concerto marcado para sábado, no Ellis Park, naquela cidade.

O responsável pelo departamento cultural do ANC, Wally Serate, declarou que o movimento a que pertence apoia firmemente a digressão de Paul Simon, ameaçada por dois movimentos nacionalistas negros de carácter radical, que consideraram inoportuna a vinda do cantor ao país do "apartheid" en-

quanto este não for governado por um governo democraticamente eleito.

No próprio dia da chegada do cantor, duas granadas foram lançadas contra o edifício do PA Sound Corporation and Network Entertainment, a empresa responsável pela digressão de Paul Simon. O Comité Nacional de Paz (NPC), nascido do acordo assinado em Setembro entre os principais protagonistas da vida política na África do Sul, ofereceu-se para servir de mediador na questão e disse ter convidado os dois movimentos hostis à digressão do cantor — o Congresso Panafricano (PAC) e a Organização do Povo

Azariano (AZAPO) para uma encontro, na sexta-feira.

O próprio Paul Simon teve ontem um encontro com a organização de juventude do movimento AZAPO, a AZAYO. Ao fim de uma hora de discussão, o cantor garantiu que recebera da AZAYO a garantia de que não haveria violência durante os seus concertos, mas o presidente da organização, Thami Mcerwa, desmentiu imediatamente estas afirmações. "A minha organização não garantiu ao senhor Paul Simon que não haverá violência no estádio", afirmou. Disse ainda que apresentaria outras "propostas"

ao cantor e que "o destino dos concertos" dependeria do acolhimento que estas tivessem. Mais tarde, este dirigente propôs a Paul Simon o cancelamento dos concertos em Durban e na Cidade do Cabo, mas o cantor recusou. "Vamos em frente com esta digressão", afirmou à agência Reuter, um elemento da comitiva do músico norte-americano. O movimento AZAPO reivindicou-se da filosofia da "Consciência negra". O atestado de terça-feira foi reivindicado pelo braço armado do Movimento da Consciência Negra da Azânia (BCMA, ala externa da AZAPO). ■

Paul Simon, enviado por Deus à África do Sul

O JORNAL Sexta-feira, 10 de Janeiro de 1992

A VOZ das bombas

Os extremistas de direita pretendem paralisar o processo de negociações em curso

Ferreira Sebastião

Joanesburgo

Organizações de extrema-direita avisaram que vão intensificar-se os ataques de sabotagem contra alvos governamentais semelhantes às acções desencadeadas há quarenta anos atrás, antes de os nacionalistas ascenderem ao poder.

De acordo com um porta-voz de uma das organizações, é intenção dos extremistas paralisarem o actual processo de negociações com os negros, evitando, assim, aquilo que consideram ser «uma guerra civil» em potência.

O aviso foi feito depois de vários ataques à bomba terem danificado escolas multirraciais, edifícios dos correios, esquadras da polícia e instalações de tribunais.

«O país entrou em 1992 em chamas e ninguém duvida que a situação se irá agravar», disse Piet Rudolph, porta-voz do AWB, um dos doze movimentos radicais que procuram travar o acesso dos negros ao poder, na África do Sul.

A polícia está a par da actividade da extrema-direita, confir-

mando a existência de um «exército privado branco». É, de resto, uma situação idêntica à que se verifica em relação aos partidos e movimentos negros — ANC, PAC, AZAPO e Inkhata.

Aquele sector político, muito odiado por Mandela e Buthelezi, reivindica a criação de um estado próprio, localizado na província de Orange Free State, zona onde se concentra o maior contingente de agricultores brancos do país.

Na mensagem de ano novo que dirigiu aos sul-africanos, o presidente Frederik de Klerk afirmou existirem boas razões para «esperança e expectativas optimistas», sem, no entanto, deixar de manifestar as suas preocupações. «Infelizmente — disse — as expectativas são obscurecidas principalmente devido a dois factores: a inaceitável violência que persiste entre algumas comunidades, e o medo: o medo das mudanças, medo de que as coisas venham a correr mal no futuro, medo de que as vantagens prometidas pelas reformas não se concretizem.»

O líder sul-africano sublinhou que o governo «não hesitará em actuar decididamente». Aqueles que se consideram ameaçados pelas reformas em curso, particularmente a comunidade branca, De Klerk garantiu que «o governo não permitirá que as normas sejam lançadas por terra».

O MOVIMENTO radical negro Azayo, que se opõe à presença do cantor norte-americano Paul Simon na África do Sul, decidiu interromper as negociações com o cantor e anunciou, na sexta-feira, que vai fazer tudo para que os espectáculos do intérprete de "Bridge Over Troubled Water" sejam "um fracasso total".

Simon dá hoje em Joanesburgo o primeiro de cinco concertos na África do Sul integrados na "tournee" "Born at the Right Time" e o responsável da cultura da Azayo, Steven Peter, anunciou que militantes do movimento serão colocados, como forma de "dissuasão", à entrada de todos os espectáculos e que vai ser posta em marcha uma campanha de panfletos anti-Simon. A cadeia de armazéns OK Bazaars, que patrocina a "tournee", será também alvo dessa campanha que denunciará o seu papel "de exploração dos trabalhadores negros".

No quinta-feira, o cantor tentara negociar com os representantes do movimento e, depois de uma hora de conversações, Simon anunciara em conferência de imprensa que "a ameaça de violência nos espectáculos" tinha sido "retirada". Mas logo de seguida, o presidente da organização, Thami Moeerwa, que ouvira as declarações do cantor, tomou a palavra para desmentir-lo. Simon não reagiu e optou por sair da sala.

As ameaças da Azayo — facção juvenil da Azapo — estão a ser tomadas a sério, sobretudo depois do atentado perpetrado na terça-feira à noite contra os escritórios da empresa promotora dos concertos. O atentado, que só causou danos materiais, foi reivindicado pelo ramo militar da Azapo, que é o mais pequeno mas também o mais radical dos movimentos negros sul-africanos.

A Azayo reclama-se herdeira do movimento de "consciência negra" de Steve Biko e está contra a presença de Simon no país porque ela assinala o levantamento do boicote cultural que tinha sido imposto, no final dos anos 70, à África do Sul, a pedido do Congresso Nacional Africano (ANC), como forma de protesto contra o regime de "apartheid". A Azayo, que diz que "nada mudou na África do Sul", apesar das reformas do presidente Frederik de Klerk, critica a Simon ter consultado apenas o ANC antes de organizar os seus concertos. Ao contrário do que fez, por exemplo, a actriz norte-americana Whoopi Goldberg que, antes de aceitar rodar um filme no Soweto, consultou a organização dos artistas onde a Azapo está representada.

Preveem-se, portanto, medidas de segurança excepcionais quando hoje à noite, no Ellis-Park, em Joanesburgo, Simon subir ao palco para cantar perante cerca de 70 mil espectadores. Wally Serote, o chefe do departamento cultural do ANC, partido que apoia totalmente a presença de Simon, já assegurou que "se for necessário" tomará parte nas operações de segurança.

Paul Simon será a primeira vedeta estrangeira a apresentar-se na África do Sul depois de, em Dezembro, a ONU — com a aprovação do ANC — ter levantado o boicote cultural.

Durante 15 anos, os sul-africanos ficaram privados das "tournees" das maiores artistas mundiais, apesar de ter havido sempre quem furasse o boicote — e não foram poucos: Ray Charles, Elton John, os Queen ou Frank Sinatra — ou o contornasse, como os vários promotores locais que organizavam os espectáculos nos países vizinhos. Foi assim que, em 1986, dezenas de milhares de sul-africanos aplaudiram o guitarrista Eric Clapton na Suazilândia.

Hoje, a presença de Paul Simon na África do Sul é apoiada pelo ANC mas, em 1985, quando o cantor foi à África do Sul gravar "Graceland" com artistas sul-africanos, fora vivamente criticado pelo movimento por violar o boicote. Simon apreciará sem dúvida a ironia da situação.

Os músicos negros que participaram em "Graceland" festejam hoje Simon como o homem que revelou ao mundo a música sul-africana. "Sempre disse que ele tinha sido enviado por Deus à África do Sul", declarou, na quinta-feira o líder do grupo musical zulu "Ladysmith Black Mambazo". ■

Concerto brando para Paul Simon dá polémica

COM O CONCERTO de sábado em Joanesburgo, Paul Simon comprovou o jermo do boicote cultural à África do Sul. A contestação negra foi irrisória, mas, não por acaso, o público (abaixo das expectativas) era quase unicamente constituído por brancos.

Sem qualquer incidente ou perturbação decorreu o espectáculo de abertura da *tournee* de Paul Simon pela África do Sul, a primeira realizada por um cantor internacional desde o levantamento do boicote cultural àquele país. No estádio Ellis Park, em Joanesburgo, compareceram cerca de 45 mil espectadores — quando os organizadores esperavam 60 a 70 mil —, entre os quais escassas centenas de negros, o que pode ser explicado pelo preço dos bilhetes, que rondava os 42 randes (2100 escudos).

A preparação do espectáculo foi acompanhada pelos protestos veementes de várias pequenas organizações radicais negras, as quais defendem que o boicote cultural só deveria ter sido retirado quando a África do Sul fosse governada por uma maioria negra. Um atentado à granada fora mesmo perpetrado, dias antes, contra o escritório do promotor da digressão.

Para coincidir com a actuação de Paul Simon, a Organi-

zação da Juventude da Azânia (Azapo) organizou uma concentração de 200 manifestantes que, sob a vigilância de um aparato policial, incluindo veículos de combate, helicópteros e cães treinados para detectar engenhos explosivos, cantou, dançou e entoou palavras de ordem como «Yankee go home» e «Há sangue na sola dos teus sapatos, Paul» — referência ao tema «Diamonds on the sole of her shoes».

O próprio Paul Simon era classificado como «um oportunista que surge nos palcos da África do Sul contra a maioria oprimida e à custa dos trabalhadores» num panfleto distribuído pela Azapo. No entanto, o cantor americano fez questão em dedicar o espectáculo a Shabalala, um líder negro sul-africano recentemente assassinado, que colaborara na gravação do álbum *Graceland*, que Simon gravou em 1986 com músicos daquele país.

Um responsável da Polícia, Eugene Opperman, procurou desdramatizar o contexto de contestação radical da Azapo: «Não se pode atender às exigências de um grupo minoritário que pretende impor à população o que ela deve ou não fazer.»

A Cidade do Cabo, Durban e Port Elizabeth são as restantes paragens de Simon.

Grupos negros anti-apartheid» ameaçaram impedir a digressão

David Ottaway
Joanesburgo

Uma série de concertos do cantor Paul Simon, o primeiro grande nome americano a visitar a África do Sul desde que foram levantadas as sanções culturais, converteu-se numa séria disputa entre grupos negros anti-«apartheid» e podem fazer perigar a digressão.

Diversas organizações negras pedem que Paul Simon não efectue o projectado «tour», denominado «Nascido na Altura Certa», que deve começar amanhã, sábado, em Joanesburgo, embora o movimento nacionalista negro mais importante, o Congresso Nacional Africano (ANC), tenha dado o seu apoio à iniciativa.

Os opositores, localmente designados por «africanistas», incluem o Congresso Pan-Africanista e continuam a advogar a luta armada como única forma de libertar a África do Sul da dominação da minoria branca.

Este e outro grupo radical ameaçaram impedir a digressão de Paul Simon, argumentando que o decrépito sistema de «apartheid» sofreu poucas mudanças, pelo que não se torna lícito que seja levantado o boicote cultural ao país. O responsável pelo «tour» foi posto ao corrente de que as

organizações utilizariam «todos os meios ao seu alcance» para impedir que o artista actuasse. E, com efeito, um engenho explosivo foi lançado, pouco depois, contra as instalações da empresa fornecedora da aparelhagem de som para os concertos.

Um representante dos pan-africanistas, Basil Ngcukana, acusou o cantor de ignorar o pedido das «massas oprimidas da Azânia, prestando-se a ser um instrumento para minar as suas lutas». Azânia é o nome utilizado por estes grupos para se referirem à África do Sul.

«Sentimos que não há condições favoráveis para músicos estrangeiros e outras pessoas envolvidas na cultura virem ao nosso país, porque ainda não existe assembleia constituinte eleita democraticamente, na base de uma pessoa, um voto, num estado unitário» — afirmou Ngcukana.

A ala juvenil do ANC emitiu um comunicado no qual acusa os outros de oportunismo, pois não se opuseram a uma digressão do Circo de Moscovo e à visita de diversos outros artistas estrangeiros, no ano passado. Consideram que a atitude de contestação a Simon, feita à última hora, não passa de um golpe publicitário destinado a dar alguma audiência, segundo o comunicado, aos que se recusaram a participar nas conversações.

© «The Washington Post»
«O Jornal»

O SÉCULO DE JOANESBURGO
18 DEZEMBRO 1991

União Soviética pediu a De Klerk para adiar visita oficial a Moscovo

O ministro sul-africano dos Negócios Estrangeiros, Pik Botha, anunciou terça-feira o cancelamento, por tempo indeterminado, da visita do presidente FW de Klerk à União Soviética, agendada para sexta-feira passada.

De Klerk deveria encontrar-se com o presidente soviético Mikhail Gorbachev na sexta-feira, e com o presidente russo Boris Yeltsin no sábado. Ele também deveria assinar um protocolo de estabelecimento de relações diplomáticas totais com a União Soviética.

A crítica situação interna na União Soviética — agitada com a declaração de um mercado comum eslavo independente — persuadiu o Governo sul-africano a adiar a visita presidencial de cinco dias.

Pik Botha disse que Eduard Shevardnadze, ministro dos Negócios Estrangeiros soviético recentemente reempossado no cargo — informou-o de que De Klerk ainda era «muito bem-vindo».

Entretanto, Botha disse ser «evidente que importantes questões nacionais e

constitucionais estão a preocupar os líderes em Moscovo e em várias ex-repúblicas soviéticas no momento, e o Governo sul-africano não gostaria de aumentar-lhes a já pesada carga de trabalho».

No seu comunicado, Pik Botha disse ter pedido ao representante sul-africano em Moscovo para que expressasse a Gorbachev e Yeltsin a «sincera apreciação do Governo sul-africano pela prontidão demonstrada em efectuar a visita, esperando-se que esta te-

na lugar num momento mais oportuno».

O adiamento da visita dará a De Klerk mais tempo para se preparar para os trabalhos da Convenção para uma África do Sul Democrática (Codesa).